



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

## **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

### **CHAMADA PÚBLICA Nº. 007/2022**

Processo Administrativo nº 1.340/2022
Objeto: O presente edital de chamamento público tem por objeto a seleção, credenciamento e possível contratação, de entidades jurídicas, públicas ou privadas, com preferência para as filantrópicas e/ou as sem fins lucrativos, inscritas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), sediadas ou estabelecidas neste município, para prestação de serviços de referência em Oftalmologia para atendimento de pacientes que necessitem de consultas especializadas de avaliação em oftalmologia (incluindo Glaucoma), exames e cirurgias, com garantia de acompanhamento pós-cirúrgico.
Local de recebimentos dos documentos: Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, com sede na Avenida São Gonçalo, nº. 100, G2, Boa Vista, São Gonçalo/RJ.
Data para recebimento dos documentos: 16/11/2022
Horário para recebimentos dos documentos: das 10h30min às 11h30min



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

O **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL DE SÃO GONÇALO**, com sede na Avenida São Gonçalo, nº 100, G2, Boa Vista, São Gonçalo/RJ, CEP 24.466-315, doravante designada “SEMSADC”, e da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO**, com sede na Avenida São Gonçalo, nº 100, G2 - parte, Boa Vista, São Gonçalo/RJ, CEP 24.466-315, doravante designada “FMS”, esta última, na forma do disposto no Processo Administrativo n.º 1.340/2022, e com base nos artigos 6º, *caput*, 37, *caput* e inciso XXI, 196, e 199, § 1º, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; nos artigos 2º, *caput* e §1º, 4º, *caput* e §2º, 5º a 8º, 15, 18, *caput* e inciso X, e 24 a 26, da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990; no artigo 25, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, na Portaria GM/MS nº 1.631 de 01 de outubro de 2015, e nas Portarias de Consolidação do Ministério da Saúde de nº 01, nº 02, e nº 05, ambas de 28/09/2017, torna público que fará realizar chamamento público para seleção, credenciamento e possível contratação, de entidades jurídicas, públicas ou privadas, com preferência para as filantrópicas e/ou as sem fins lucrativos, inscritas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), sediadas ou estabelecidas neste município, para prestação de serviços de referência em Oftalmologia para atendimento de pacientes que necessitem de consultas especializadas de avaliação em oftalmologia (incluindo Glaucoma), exames e cirurgias, com garantia de acompanhamento pós-cirúrgico, na forma das cláusulas abaixo:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

1.1. O presente procedimento se pauta, entre outros, nos artigos 6º, *caput*, 37, *caput* e inciso XXI, 196, e 199, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, nos artigos 2º, *caput* e §1º, 4º, *caput* e §2º, 5º a 8º, 15, 18, *caput* e inciso X, e 24 a 26, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e no artigo 25, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, na Portaria GM/MS nº 1.631 de 01 de outubro de 2015, que versa sobre os critérios e parâmetros para o planejamento e programação de ações e serviços de saúde no âmbito do SUS; na Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde nº 1, de 28/09/2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; na Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde nº 2, de 28/09/2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde; na Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde nº 05, de 28/09/2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; na Portaria GM/MS n.º 957, de 15/05/2008, que institui



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

a Política Nacional de Atenção em Oftalmologia, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão; na Portaria SAS n.º 288, de 19/05/2008, que, essencialmente, regulamenta a atenção em oftalmologia e cria mecanismos para organização, hierarquização e implantação da Rede de Atenção em Oftalmologia, no âmbito do Sistema Único de Saúde; na Portaria Conjunta entre a Secretaria de Atenção à Saúde e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos n.º 11, de 02/04/2018, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Glaucoma; na Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, denominada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); e na Lei n.º 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1. O presente edital de chamamento público tem por objeto a seleção, credenciamento e possível contratação, de entidades jurídicas, públicas ou privadas, com preferência para as filantrópicas e/ou as sem fins lucrativos, inscritas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), sediadas ou estabelecidas neste município, para prestação de serviços de referência em Oftalmologia para atendimento de pacientes que necessitem de consultas especializadas de avaliação em oftalmologia (incluindo Glaucoma), exames e cirurgias, com garantia de acompanhamento pós-cirúrgico, conforme especificados no Projeto Básico que compõe o Anexo I ao presente edital.

2.2. Na contratação dos serviços para atendimento do objeto do presente edital serão observados os limites determinados pela capacidade instalada da(s) eventual(is) entidade(s) jurídica(s) contratada(s), considerando os equipamentos, o espaço físico, os recursos humanos e insumos, os quais poderão ser empregados para atender pacientes particulares, desde que garantidos os ofertados à Contratante.

2.3. Para a prestação dos serviços de referência em Oftalmologia para atendimento de pacientes que necessitem de consultas especializadas de avaliação em oftalmologia (incluindo Glaucoma), exames e cirurgias, com garantia de acompanhamento pós-cirúrgico a(s) entidade(s) jurídica(s) contratada(s) deverá(ão) observar todas as previsões do Projeto Básico, constante no Anexo I ao presente edital, assim como cumprir as Portarias de Consolidação do Ministério da Saúde de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

nº 1, nº 2, e nº 05, ambas de 28/09/2017; a Portaria GM/MS nº 957, de 15.05.2008; a Portaria SAS nº 288, de 19.05.2008; a Portaria Conjunta entre a Secretaria de Atenção à Saúde e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos nº 11, de 02 de abril de 2018; a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); a Lei nº 8.666/93, entre outras normas e legislações vigentes aplicáveis.

### CLÁUSULA TERCEIRA - CONSIDERAÇÕES GERAIS

3.1. O processo de credenciamento será executado e organizado pela **Comissão Técnica de Avaliação e Julgamento** da Fundação Municipal de Saúde, instituída em Portaria nº. 083/FMS/2022, publicada no Diário Oficial do Município de São Gonçalo, em 12 de agosto de 2022.

3.2. O presente edital, elaborado pela **Comissão Técnica de Elaboração de Edital e Anexos** da Fundação Municipal de Saúde, instituída e designada pela Portaria nº. 082/FMS/2022, publicada no Diário Oficial do Município de São Gonçalo, 12 de agosto de 2022, terá seu aviso resumido publicado no Diário Oficial deste Município e em jornal de grande circulação, podendo ser obtida uma via impressa, mediante a doação de uma resma de papel A4, ou digital, desde que o interessado forneça um *pen drive*, na Subsecretaria Jurídica, localizada a Avenida São Gonçalo, nº 100, G2, Boa Vista, São Gonçalo/RJ, CEP 24.466-315, das 10 (dez) horas às 16 (dezesesseis) horas.

3.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/93, assim como a entidade jurídica interessada poderá formular impugnações ao edital, por escrito, ambas devendo protocolar seu pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para realização da seção de abertura dos envelopes com requerimentos de habilitação, no setor e endereço constante na cláusula anterior, das 10 (dez) horas às 17 (dezesete) horas.

3.4. Caberá à supracitada Comissão Técnica de **Elaboração de Edital e Anexos**, julgar e responder à eventual impugnação protocolizada em até 3 (três) dias úteis, intimando os interessados da resposta por qualquer meio hábil.

3.5. A entidade jurídica interessada poderá, também, solicitar, por escrito, maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste edital ou



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

interpretação de qualquer de seus dispositivos, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis antes da data de recebimento dos requerimentos de habilitação, mediante protocolo no setor e endereço constante na cláusula 3.2, das 10 (dez) horas às 17 (dezesete) horas.

3.6. Caberá à Comissão Técnica de **Elaboração de Edital e Anexos**, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 48 (quarenta e oito horas) do(s) respectivo(s) protocolo(s), antes do início do prazo fixado para o recebimento dos requerimentos de habilitação, intimando os interessados por qualquer meio hábil.

3.7. As eventuais retificações do instrumento convocatório, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos as proponentes, devendo ser publicadas no Diário Oficial do Município, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido para a entrega dos requerimentos de habilitação, exceto quando, inquestionavelmente, o conteúdo da(s) retificação(ões) não afetar a formulação das propostas.

3.7.1. O credenciamento será realizado em duas etapas:

3.7.1.1. Apresentação da documentação da habilitação; e

3.7.1.2. Realização de vistoria técnica.

3.8. Caberá à FMS, por meio da Comissão Técnica de Avaliação e Julgamento da Fundação Municipal de Saúde, instituída em Portaria nº. 074/FMS/2022, avaliar a documentação da(s) postulante(s), a fim de decidir sobre o(s) pedido(s) de credenciamento.

3.9. Caberá, ainda, à FMS, por meio de uma Comissão Técnica de Vistoria especificamente instituída para tanto, realizar a(s) vistoria(s) técnica(s) nas dependências da(s) postulante(s) ao credenciamento.

#### **CLÁUSULA QUARTA - OBTENÇÃO DO PROJETO BÁSICO E DO EDITAL**

4.1. O presente edital e o Projeto Básico, anexo ao mesmo, poderão ser obtidos, na mesma forma e condições estabelecidas na Cláusula Terceira, item 3.2. acima, junto à Subsecretaria Jurídica da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

São Gonçalo, localizada na Avenida São Gonçalo, nº 100, G2, Boa Vista, São Gonçalo/RJ, CEP 24.466-315.

**CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL, DA DATA E DO HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES**

5.1. A entrega de envelope(s) contendo os documentos para habilitação deverá ser feita no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, com sede na Avenida São Gonçalo, nº. 100, G2, Boa Vista, São Gonçalo/RJ, CEP 24.466-315, no dia 16 de novembro de 2022, das 10h30min às 11h30min.

5.2. Em nenhuma hipótese será(ão) recebido(s) envelope(s) fora do prazo estabelecido neste edital.

5.3. Encerrado o horário para a entrega de envelope(s) com documentação para habilitação, estabelecido na cláusula 5.1. acima, será iniciada a abertura do(s) mesmo(s).

5.4. O envelope contendo os documentos de habilitação de cada entidade jurídica participante deverá estar lacrado e deverá constar em sua parte externa os seguintes dizeres:

À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO

- COMISSÃO TÉCNICA DE AVALIAÇÃO E JULGAMENTO (PORTARIA Nº. 083/FMS/2022)

- CHAMADA PÚBLICA Nº. 007/2022

- SELEÇÃO, CREDENCIAMENTO E POSSÍVEL CONTRATAÇÃO, DE ENTIDADES JURÍDICAS, PÚBLICAS OU PRIVADAS, COM PREFERÊNCIA PARA AS FILANTRÓPICAS E/OU AS SEM FINS LUCRATIVOS, INSCRITAS NO CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (CNES), SEDIADAS OU ESTABELECIDAS NESTE MUNICÍPIO, PARA FINS DE CREDENCIAMENTO E POSTERIOR CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFERÊNCIA EM OFTALMOLOGIA PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES QUE NECESSITEM DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS DE AVALIAÇÃO EM OFTALMOLOGIA (INCLUINDO GLAUCOMA), EXAMES E CIRURGIAS, COM GARANTIA DE ACOMPANHAMENTO PÓS-CIRÚRGICO, CONFORME OBJETO DA CHAMADA PÚBLICA Nº. 007/2022.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

- SERVIÇOS OFERECIDOS: SERVIÇOS DE REFERÊNCIA EM OFTALMOLOGIA PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES QUE NECESSITEM DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS DE AVALIAÇÃO EM OFTALMOLOGIA (INCLUINDO GLAUCOMA), EXAMES E CIRURGIAS, COM GARANTIA DE ACOMPANHAMENTO PÓS-CIRÚRGICO.

- (DENOMINAÇÃO DO PARTICIPANTE, CNPJ E ENDEREÇO).

## **CLÁUSULA SEXTA - DO REGIME JURÍDICO DO CONTRATO**

6.1. O regime jurídico dos contratos administrativos confere à FMS, em relação a eles, a prerrogativa de:

6.1.1. Modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

6.1.2. Rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79, da Lei nº. 8.666/93;

6.1.3. Fiscalizar lhes a execução; e

6.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

6.1.5. Nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

6.2. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

6.2.1. A nulidade não exonera a FMS do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO**





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

7.1. Conforme conveniência e oportunidade a FMS convocará a(s) entidade(s) jurídica(s) credenciada(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, assinar(em) o(s) contrato(s) na sede da FMS.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela(s) credenciada(s) durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela FMS.

7.3. A recusa injustificada de eventual credenciada em assinar o respectivo contrato dentro do prazo estabelecido pela FMS caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas na Lei nº. 8.666/93.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

8.1. A vigência do respectivo contrato e o prazo de execução do mesmo serão de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do instrumento, podendo o referido prazo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, todavia, observando o limite de 60 (sessenta) meses estabelecido no inciso II do artigo 57, da Lei nº. 8.666/93.

8.2. Se houver interesse das partes na prorrogação do contrato (prazos de vigência e de execução do objeto), a contratante vistoriará as instalações da contratada em questão para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas, verificadas por ocasião do credenciamento. A vistoria será realizada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término do contrato;

8.3. A prestação dos serviços objeto do presente deverá ter início no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após a ordem de início do contrato.

#### **CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

9.1. O(s) contrato(s) poderá(ão) ser alterado(s) na forma do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO**





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

10.1. A(s) entidade(s) jurídica(s) participante(s) do presente chamamento público deverá(ão) obedecer, entre outras, às seguintes legislações, portarias e instruções normativas, no que couber:

10.1.1. Constituição Federal de 1988, em especial os artigos 6º, *caput*, 37, *caput* e inciso XXI, 196, e 199, § 1º;

10.1.2. Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990, em especial os artigos 2º, *caput* e §1º, 4º, *caput* e §2º, 5º a 8º, 15, 18, *caput* e inciso X, e 24 a 26;

10.1.3. Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber;

10.1.4. Lei Orgânica Municipal de São Gonçalo;

10.1.5. Portaria GM/MS nº 1.631 de 01/10/2015;

10.1.6. Portarias de Consolidação do Ministério da Saúde nº 02 e nº 05, ambas de 28/09/2017;

10.1.7. Portaria GM/MS nº 957, de 15.05.2008; na Portaria SAS nº 288, de 19/05/2008;

10.1.8. Portaria Conjunta entre a Secretaria de Atenção à Saúde e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos nº 11, de 02/04/2018; e a

10.1.9. Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que couber.

10.2. Somente poderão participar a(s) entidade(s) jurídica(s) que desenvolva(m) atividade compatível com o objeto deste credenciamento e que atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, além das disposições legais e infralegais pertinentes, independentemente de transcrição;

10.2.1. Será(ão) contratada(s) somente entidade(s) jurídica(s) credenciada(s) sediadas ou estabelecidas nos limites territoriais do Município de São Gonçalo;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

10.3. Não poderão participar as entidades jurídicas:

10.3.1. Estrangeiras ou sob controle de capitais estrangeiros;

10.3.2. Sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas;

10.3.3. Que estejam cumprindo pena, no âmbito da Administração Pública, com as sanções prescritas nos incisos III e IV, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93;

10.3.4. Em processo de falência, recuperação, liquidação ou dissolução;

10.3.5. Cujos sócios, administradores e dirigentes ocupem cargo de chefia ou função de confiança no SUS, nos termos do artigo 26, § 4º, da Lei nº 8.080/90;

10.3.6. Que possuam em seu quadro de funcionários servidor da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo ou da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil de São Gonçalo, nos termos do artigo 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

10.4. A(s) entidade(s) jurídica(s) credenciada(s), quando contratada(s), deverá(ão) integrar-se ao Sistema Municipal de Regulação do Município de São Gonçalo (ESUS), ao Sistema Nacional de Regulação (SISREG), ou outro sistema utilizado pela FMS e pela SEMSADC, destinando equipamento necessário e exclusivo (computador com internet banda larga) para operacionalização dos mesmos, indicando pelo menos 01 (um) profissional/funcionário da sede para ser treinado e apto a utilizar os sistemas, quando necessário.

10.5. Não poderá haver qualquer distinção entre o atendimento destinado aos pacientes encaminhados pela FMS e os demais pacientes atendidos pela(s) entidade(s) jurídica(s) contratada(s).

10.6. Os representantes da(s) entidade(s) jurídica(s) interessada(s) deverão identificar-se exibindo a carteira de identidade original, acompanhada do estatuto social da entidade e do instrumento de procuração, com firma reconhecida por autenticidade de cartório situado neste município, quando for o caso, para que sejam verificados os poderes do outorgante e do mandatário;

10.7. É vedada a representação de mais de uma entidade jurídica no chamamento público por uma mesma pessoa física e, buscando a ordem, será permitida somente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

a participação no ato de entrega de envelope de 01 (um) representante para cada entidade jurídica participante.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO, DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA DOTAÇÃO**

11.1. As despesas decorrentes do presente Chamamento Público têm valor mensal estimado de R\$ 275.915,80 (duzentos e setenta e cinco mil novecentos e quinze reais e oitenta centavos), e anual estimado de R\$ 3.310.989,60 (três milhões, trezentos e dez mil novecentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos). Tal valor resulta dos seguintes fatores:

11.1.1. O atendimento aos usuários do SUS consistirá na realização de procedimentos elencados nas planilhas que apresentam o quantitativo e os valores – credenciamento referentes aos procedimentos oftalmológicos, configuradas na tabela do item 11.1.4, abaixo;

11.1.2. Constituem blocos organizados artificialmente por tipo de atendimento e compostos por procedimentos relacionados ao tipo de atendimento, que podem ser realizados no atendimento. Entretanto, apenas os efetivamente realizados, registrados e informados no Sistema de Informação Ambulatorial do SUS serão efetivamente computados para pagamento, tendo como condição, também, que os atendimentos sejam previamente regulados pela central municipal de regulação, sendo a mesma responsável por indicar os meios, fluxos e protocolos a serem seguidos pelo prestador.

11.1.4. Abaixo apresenta-se a tabela que revela a estimativa físico-financeira, representada pelas quantidades e valores de procedimentos oftalmológicos, onde se apura a programação físico-financeira para contratação mensal:

Descrição do Procedimento	Valor (R\$) previsto na tabela SIGTAP	Quantidade de Procedimentos	Valor Final (R\$)
Biometria ultrassônica (monocular)	24,24	100	<b>2.424,00</b>
Biomicroscopia de fundo de olho	12,34	1.400	<b>17.276,00</b>
Capsulotomia Yag laser	112,77	40	<b>4.510,80</b>
Ceratometria	3,37	1.400	<b>4.718,00</b>
Consulta médica especializada	10,00	1.070	<b>10.700,00</b>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

Consulta para diagnóstico/reavaliação de glaucoma (tonometria, fundoscopia e campimetria)	57,74	250	<b>14.435,00</b>
Consulta pós cirúrgica	10,00	50	<b>500,00</b>
Curva Diária de Pressão Ocular (mínimo 3 medidas)	10,11	250	<b>2.527,50</b>
Facoemulsificação c/ implante de lente intraocular dobrável	771,60	100	<b>77.160,00</b>
Fundoscopia	3,37	400	<b>1.348,00</b>
Gonioscopia	6,74	500	<b>3.370,00</b>
Mapeamento de retina	24,24	2.000	<b>48.480,00</b>
Microscopia especular de córnea	24,24	400	<b>9.696,00</b>
Paquimetria	14,81	800	<b>11.848,00</b>
Paquimetria Ultrassônica	14,81	100	<b>1.481,00</b>
Potencial de acuidade visual	3,37	1.300	<b>4.381,00</b>
Retinografia fluorescente binocular	64,00	400	<b>25.600,00</b>
Teste de provocação de glaucoma	6,74	500	<b>3.370,00</b>
Teste ortoptico	12,34	600	<b>7.404,00</b>
Tonometria	3,37	1.700	<b>5.729,00</b>
Topografia computadorizada de córnea	24,24	250	<b>6.060,00</b>
Tratamento cirúrgico para pterígio	209,55	50	<b>10.477,50</b>
Ultrassonografia de globo ocular/orbita(monocular)	24,20	100	<b>2.420,00</b>
<b>Total Geral</b>		13.760	<b>275.915,80</b>

11.4. Eventual cobrança de qualquer valor excedente dos pacientes e/ou de seus responsáveis acarretará na imediata rescisão do contrato e sujeição à declaração de inidoneidade e responsabilização Administrativa, Cível e Criminal.

11.5. Os valores estipulados serão reajustados observados os mesmos critérios, índices e épocas dos reajustes determinados pelo Ministério da Saúde, podendo os reajustes serem registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento, em conformidade com o § 8º, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93.

11.6. A entidade jurídica contratada deverá cumprir as metas estabelecidas no respectivo contrato, sob pena de descontos proporcionais.

11.7. Na eventualidade de contratação de mais de uma entidade jurídica, considerando a cláusula 10.2.1., eventual distribuição de quantitativos e valores entre as contratadas deverá obedecer aos seguintes critérios:

11.7.1. A necessidade da FMS e da SEMSDC-SG;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

11.7.2. A capacidade instalada da entidade participante, observando-se:

11.7.2.1. Sua qualificação técnica;

11.7.2.2. O parque tecnológico disponível;

11.7.2.3. Os recursos humanos contratados; e

11.7.2.4. A capacidade de oferta, declarada pela participante e devidamente confirmada através de vistoria realizada pela Comissão de Vistoria Técnica;

11.8. As despesas com as contratações do presente Chamamento Público correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, para o corrente exercício financeiro:

- Programa de Trabalho: 23.051.10.302.2044.2123
- Natureza da Despesa: 33.90.39.00
- Fonte de recurso: 00, 21, 22, 35, 40, 46 e 47

11.10. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS REQUERIMENTOS DE HABILITAÇÃO**

12.1. As entidades jurídicas interessadas em participar do presente processo de credenciamento deverão apresentar requerimento de habilitação em conformidade com o modelo do **Anexo II - Modelo de Requerimento de Credenciamento**.

12.2. A entrega da documentação, por parte da interessada, importa na aceitação de todas as condições previstas no presente edital, seus anexos e na legislação pertinente.

12.3. O Requerimento deverá ser entregue pessoalmente na Avenida São Gonçalo, nº 100, G2, Boa Vista, São Gonçalo/RJ, CEP 24.466-315, no dia 16 de novembro de 2022, das 10h30min às 11h30min, em envelope fechado e lacrado.

12.4. Não serão recebidos envelopes após o horário fixado no item anterior.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

12.5. O Requerimento deverá ser apresentado em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou corretivo líquido, preferencialmente em papel timbrado da proponente, devidamente assinado e carimbado, com assinatura com firma reconhecida, conforme modelo do **Anexo II**, acompanhado da documentação arrolada na Cláusula Décima Terceira do presente edital;

12.6. No dia e horário indicados na cláusula 12.3. acima será realizado o recebimento e a abertura do(s) envelope(s) pela Comissão Técnica de Avaliação e Julgamento da Fundação Municipal de Saúde, instituída em Portaria. A sessão pública será iniciada a partir das 10h30min, no horário de 10h30min às 11h30min será(ão) entregue(s), impreterivelmente, o(s) envelope(s) (cláusulas 12.3 e 12.4) e, em seguida, será realizada a abertura do(s) mesmo(s), sendo franqueado o acesso do representante de cada entidade jurídica interessada, na forma da cláusula 12.11, que poderá ter vista dos documentos.

12.7. Da sessão pública de recebimento e abertura de propostas será lavrada ata com a assinatura dos participantes.

12.8. O Presidente da Comissão Técnica de Avaliação e Julgamento da Fundação Municipal de Saúde, instituída em Portaria nº. 083/FMS/2022, poderá suspender a sessão caso seja necessário para a adequada análise da documentação contida nos envelopes, informando verbalmente aos presentes a data de publicação do resultado do julgamento no Diário Oficial, consignando-a em ata.

12.9. Fica facultado à sobredita Comissão o direito de solicitar esclarecimentos, proceder a diligências e extrair certidões, para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, fixando prazo para atendimento, objetivando elucidar ou complementar a instrução do processo;

12.10. Será inabilitada a entidade jurídica interessada que apresentar documentos em desacordo com as regras estabelecidas neste edital, como, por exemplo, certidões vencidas, bem como as que deixarem de apresentar quaisquer documentos exigidos pelo mesmo;

12.11. Cada entidade jurídica interessada poderá ter apenas um representante no presente processo de credenciamento, que poderá ser um dos seus sócios,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

diretores ou administradores, desde que detenha poderes para tanto expressamente outorgado em seu ato constitutivo, ou por outra pessoa física habilitada, neste último caso mediante apresentação de instrumento público de procuração ou de carta credencial com firma reconhecida por autenticidade por cartório localizado neste município, conforme modelo do Anexo III – Modelo de Carta Credencial deste edital, com poderes para tratar de assuntos pertinentes ao credenciamento, como usar a palavra, rubricar documentos, apresentar impugnações ou recursos, entre outros, acompanhado de cópia autenticada de qualquer documento válido de identidade que permita a sua identificação.

12.12. Poderão ser convocados servidores do Município de São Gonçalo e/ou profissionais de reconhecida capacidade técnica, ligados ou não ao Poder Executivo do Município, desde que não vinculados direta ou indiretamente a quaisquer das entidades jurídicas participantes, para assessorar a Comissão Técnica de Avaliação e Julgamento da Fundação Municipal de Saúde na análise documental e no julgamento da documentação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

13.1. As entidades jurídicas de direito privado interessadas deverão apresentar no envelope de credenciamento, os documentos abaixo enumerados, relativos à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Qualificação Técnica e Qualificação Econômico-financeira, na seguinte ordem:

#### **13.1.1. Da Habilitação Jurídica**

13.1.1.1. Cópia da cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

13.1.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

13.1.1.3. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Entidades jurídicas, no caso de associações e fundações, acompanhado da prova de diretoria em exercício;

13.1.1.4. Cópia do alvará de funcionamento emitido pela municipalidade da sede.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

**13.1.2. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista**

13.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

13.1.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da interessada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do credenciamento;

13.1.2.3. Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta – Dívida Ativa da União e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal), Estadual e Municipal;

13.1.2.4. Certidão de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

13.1.2.5. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS-CRF);

13.1.2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pela Justiça do Trabalho.

13.1.2.7. A contratada será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, a Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas e o Certificado de Regularidade do FGTS, sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

**13.1.3. Da Qualificação Econômico-financeira**

13.1.3.1. Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras inerentes ao último exercício social, devendo as mesmas serem apresentadas na forma da Lei, assinada por profissional contábil, com inscrição válida perante o Conselho Regional de Contabilidade, que demonstre e comprove a boa e regular situação financeira da entidade jurídica, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

13.1.3.2. Certidões negativas de falência expedidas pelos distribuidores da sede da entidade jurídica. Se a proponente não for sediada na Comarca de São Gonçalo ou



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências;

**OBSERVAÇÕES:** As certidões que não indicarem prazo de validade deverão ter sido expedidas, no máximo até 180 (cento e oitenta) dias antes da data de recebimento das propostas; os balanços deverão conter as assinaturas dos sócios e do contador responsável da proponente, o nº das folhas do livro diário, bem como o seu registro na junta comercial ou cartório de registro de títulos e documentos;

#### **13.1.4. Da Qualificação Técnica**

13.1.4.1. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), com dados devidamente atualizados, juntamente com o documento que comprove a habilitação para prestação do respectivo serviço constante no objeto do presente Edital junto ao Ministério da Saúde;

13.1.4.2. Cópia do alvará de funcionamento emitido pela municipalidade da sede.

13.1.4.3. Relatório de Inspeção Sanitária atualizado;

13.1.4.4. Registro da entidade proponente no respectivo Conselho Profissional;

13.1.4.5. Relação nominal da equipe técnica multiprofissional que será disponibilizada para a execução dos serviços, com a indicação das respectivas especializações e números de inscrição nos conselhos profissionais respectivos, bem como documentação que comprove constar na equipe:

- I. Médico Oftalmologista: médico com título de especialista em oftalmologia, sendo que a habilitação pode ser comprovada por certificado de Residência Médica reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), título de especialista da Associação Médica Brasileira (AMB) - Conselho Brasileiro de Oftalmologia ou registro no cadastro de especialistas dos respectivos Conselhos Federal e Regionais de Medicina;
- II. Responsável Técnico: Médico responsável técnico pela Unidade;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

- III. Médico Anestesiologista: médico com título de especialista na área de Anestesiologia, conferido pela Sociedade Brasileira de Anestesiologia, afim ou, ainda, certificado de Residência Médica em Anestesiologia, reconhecida pelo Ministério da Educação;
- IV. Enfermeiro: Profissional de Enfermagem inscrito em seu Conselho Regional, preferencialmente com capacitação e experiência em oftalmologia;
- V. Técnico e/ou Auxiliar de Enfermagem: Profissional de enfermagem inscrito em seu Conselho Regional com a respectiva habilitação profissional, com formação profissional reconhecida pelo MEC.

13.1.4.6. Registro do responsável técnico junto ao Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional da categoria, acompanhado da cópia autenticada da seguinte documentação: Identidade, CPF, diploma e título de especialização na área do responsável técnico;

13.1.4.7. Declaração com indicação do Responsável Técnico Substituto, acompanhada da cópia autenticada da seguinte documentação: Identidade, CPF, diploma e título de especialização na área;

13.1.4.8. Comprovação de que o profissional indicado pela empresa, possui experiência na área escolhida, por meio de título de especialista e/ou qualquer outro documento que comprove capacidade técnica ou experiência;

13.1.4.9. Cópia do Plano de Gerenciamento de Tecnologias em Saúde;

13.1.4.10. Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado do emitente, comprovando experiência anterior da proponente compatível com o objeto do presente credenciamento, conforme modelo do Anexo IX.

13.2. Para fins de habilitação, as proponentes deverão apresentar ainda:

13.2.1. Declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e de não estarem impedidas de participar do credenciamento e contratar com a Administração Pública em razão de penalidades nem de fatos impeditivos de sua habilitação, na forma do Anexo V;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

13.2.2. Declaração acerca do quantitativo mínimo e máximo de procedimentos que poderá ofertar ao SUS, conforme Anexo VI;

13.2.3. Declaração de que a proponente atende a todos os requisitos previstos na legislação pertinente, em especial a Portaria GM/MS nº 1.631 de 01 de outubro de 2015, e as Portarias de Consolidação do Ministério da Saúde nº 02 e nº 05, ambas de 28/09/2017, ou outras que vierem a substituí-las;

13.2.4. Declaração de que a proponente cumpre o inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, na forma do art. 27, inciso V, da Lei 8.666/93, conforme modelo do Anexo VII;

13.2.5. Declaração dos sócios, administradores e dirigentes de que não ocupam cargo de chefia ou função;

13.2.6. Declaração de aceitação do edital, conforme Anexo VIII; e

13.2.7. Declaração de aceitação dos preços praticados, conforme Anexo IV.

13.3. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em cópia juntamente com os originais, ou através de cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da administração, mediante a apresentação do documento original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, neste último caso com a referência ao endereço eletrônico onde pode ser obtida a publicação, conforme o *caput*, do artigo 32, da Lei nº. 8.666/93.

13.4. As certidões e documentos valerão nos prazos que lhe são próprios, inclusive aqueles que puderem ser obtidos na internet, ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

13.5. As certidões e documentos que forem disponibilizados pela *internet* somente serão admitidos para fins de comprovação dos requisitos de habilitação, desde que emitidos dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias anteriores à data de apresentação do envelope contendo a documentação de credenciamento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

13.6. A entidade jurídica participante é responsável pelas informações prestadas, sendo motivo de inabilitação ou descredenciamento a prestação de informações falsas ou que não reflitam a realidade dos fatos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS**

14.1. As proponentes deverão apresentar a documentação exigida para o credenciamento no prazo e na forma estabelecida na cláusula 5.1. acima.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VISTORIA TÉCNICA**

15.1. Para a efetivação do credenciamento será realizada vistoria técnica prévia em até 10 (dez) dias úteis, após a entrega da documentação relacionada na cláusula 13ª deste edital, das instalações das entidades jurídicas, por meio da Comissão Técnica de Vistoria da Fundação Municipal de Saúde que será instituída e designada por Portaria a ser publicada no Diário Oficial do Município de São Gonçalo.

15.2. A vistoria técnica tem por objetivo averiguar a veracidade das informações prestadas por ocasião da entrega dos envelopes de credenciamento acerca das instalações, equipamentos e pessoal técnico responsável pela execução dos serviços objeto deste credenciamento.

15.2.1. Tal etapa possui caráter eliminatório. Caso seja constatado pela Comissão Técnica de Vistoria que os documentos e declarações apresentados não correspondem à realidade ou que a(s) entidade(s) jurídica(s) participante(s) não atende(m) às exigências deste edital ou ainda que há inobservância aos ditames da legislação aplicável, em especial do Ministério da Saúde, a(s) mesma(s) será(ão) automaticamente eliminada(s).

15.3. A(s) entidade(s) jurídica(s) participante(s) será(ão) previamente comunicada(s) da realização da vistoria, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, por qualquer um dos meios de contato informados no requerimento para credenciamento - Anexo II.

15.3.1. Caso a FMS objetivando agendar a vistoria não consiga entrar em contato com representante da participante por erro nas informações prestadas ou outro



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

motivo não imputável à FMS, será feita a vistoria independentemente de qualquer aviso prévio.

15.4. A vistoria deverá ser acompanhada pelo responsável técnico da(s) pessoa(s) jurídica(s) de direito privado participante(s).

15.4.1. Caso o responsável técnico não esteja presente, a vistoria poderá ser acompanhada por seu substituto ou, ainda, por outro funcionário especialmente designado para este fim, não cabendo, posteriormente, neste último caso, impugnação ao relatório, sob qualquer fundamento.

15.5. A Comissão Técnica de Vistoria da Fundação Municipal de Saúde elaborará o relatório referente à vistoria técnica, o qual deverá ser assinado por seus membros presentes na vistoria e, também, pelo representante da proponente que houver acompanhado a diligência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ESCOLHA DA(S) CONTRATADA(S)**

16.1. A escolha dos credenciados se dará de acordo com a especialidade, bem como pela conveniência e oportunidade da FMS, obedecidos os seguintes critérios:

16.1.1. Terá(ão) preferência a(s) entidade(s) jurídica(s) que seja(m) filantrópica(s) e/ou sem fins lucrativos;

16.1.2. Já ser credenciado ao SUS, em alguma das esferas de governo;

16.1.3. A entidade jurídica inscrita no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, com dados devidamente atualizados, que comprove a habilitação para prestação do respectivo serviço constante no objeto do presente Edital junto ao Ministério da Saúde;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

17.1. A(s) entidade(s) jurídica(s) contratada(s) não poderá(ão) fazer qualquer tipo de discriminação no atendimento prestado aos pacientes do SUS;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

17.2. As ações e os serviços de saúde ofertados pelo prestador SUS aos usuários são gratuitos, vedada a cobrança pelos serviços a qualquer título;

17.3. Os serviços, objeto do presente chamamento público, serão prestados no estabelecimento da(s) entidade(s) jurídica(s) contratada(s), no município de São Gonçalo, conforme as especificações constantes no edital e nos seus anexos;

17.4. Caberá à FMS fiscalizar o cumprimento das normas referentes à humanização do atendimento;

17.5. As despesas com qualquer material de consumo necessário à execução dos serviços serão de responsabilidade da(s) entidade(s) jurídica(s) contratada(s);

17.6. Os equipamentos que se façam necessários ao perfeito e bom funcionamento dos serviços deverão ser disponibilizados pela entidade(s) jurídica(s) contratada(s), sem ônus para a FMS;

17.7 Os recursos humanos deverão ser disponibilizados entidade(s) jurídica(s) contratada(s);

17.8 As despesas decorrentes da contratação de profissionais, como salários, encargos sociais, fiscais e outros correrão por conta da entidade(s) jurídica(s) contratada(s);

17.9 A(s) entidade(s) jurídica(s) contratada(s) colocará(ão) à disposição do SUS a sua capacidade instalada para o atendimento a ser ofertado ao SUS;

17.10. A(s) entidade(s) jurídica(s) contratada(s) deverá(ão) prestar os serviços de acordo com os protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, Sociedades Técnicas Especializadas com reconhecimento de âmbito nacional e gestores do SUS, observando-se recomendações de boa técnica, colocando à disposição dos usuários do serviço somente profissionais registrados em seus respectivos conselhos de classe ou serviços reconhecidos;

17.11. Estabelecimento de metas quantitativas e qualitativas para todas as atividades de saúde.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO RESULTADO E DA HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO**

18.1. Após análise da documentação e realização da vistoria técnica, será divulgado no Diário Oficial do Município de São Gonçalo o resultado do julgamento, contendo a relação da(s) proponente(s) habilitada(s) e do(s) requerimento(s) indeferido(s), iniciando-se, a partir da data da primeira publicação, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para interposição de recursos, independentemente de nova comunicação à(s) interessada(s);

18.2. Transcorrido o prazo a que se refere o item anterior sem apresentação de recursos ou após o seu julgamento, o resultado do credenciamento será submetido à autoridade máxima da FMS;

18.3. Todas as entidades jurídicas que preencherem os requisitos deste edital e forem consideradas aptas na vistoria técnica serão credenciadas como prestadoras SUS no âmbito do Município de São Gonçalo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

19.1. O credenciamento não gera para a(s) entidade(s) jurídica(s) direito subjetivo à celebração de contrato com a FMS;

19.2. Homologado o credenciamento e havendo demanda, a FMS convocará entidade(s) jurídica(s) credenciada(s), com preferência para as filantrópicas e/ou as sem fins lucrativos, para assinar o respectivo contrato - Anexo X, no prazo e na forma da cláusula 7ª deste edital.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA CAPACIDADE INSTALADA E DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

20.1 A capacidade instalada máxima da(s) entidade(s) jurídica(s) credenciada(s) não obriga a FMS a contratação de sua totalidade.

20.2. Na execução do contrato a Secretaria Municipal de Saúde encaminhará o paciente ao prestador de serviços, como resultado de seu atendimento e consequente agendamento através do sistema municipal de regulação, para a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

realização dos serviços de oftalmologia abrangidos pela contratualização em questão solicitados pelo médico que o atender.

20.3. Os resultados dos exames deverão ser entregues ao paciente, devidamente acompanhados pelos laudos assinados pelo profissional da respectiva prestadora.

20.4. O material de consumo utilizado na prestação dos serviços será de total responsabilidade da prestadora de serviços e os respectivos serviços deverão ser realizados nas dependências de funcionamento da prestadora contratada.

20.5. As despesas referentes à prestação dos serviços objeto do respectivo contrato a ser assinado ficarão por conta da futura contratada, sendo-lhe pago apenas o valor relativo aos serviços executados, conforme previsto na tabela apresentada na Cláusula Décima Primeira do presente Edital e no Projeto Básico – Anexo I ao mesmo.

20.6. Serão disponibilizados horários na agenda à regulação da Secretaria Municipal de Saúde. A agenda será responsabilidade da futura contratada, na condição de que eventuais alterações sejam comunicadas, com a devida antecedência, à contratante.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO AO CONTRATADO**

21.1. O pagamento se fará de acordo com a produção efetivamente prestada e comprovada, observando o seguinte:

21.1.1. O pagamento do serviço será feito conforme o somatório dos procedimentos realizados na competência, tendo como base de cálculo os valores da Tabela do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde (SIGTAP).

21.1.2. Serão considerados, para fins de pagamento, apenas os procedimentos realizados dentro dos padrões exigidos neste Edital, no Projeto Básico constante no Anexo I e no respectivo contrato.

21.1.3. O cálculo para pagamento será feito mediante apresentação dos dados de produção no Sistema de Informação Ambulatorial do SUS, acompanhado da nota fiscal correspondente e do relatório detalhado. Os reajustes dos valores



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

pagos serão os estabelecidos pela Tabela SUS do Ministério da Saúde e pactuação CIB de valores complementares de fonte estadual.

21.2. Os pagamentos da(s) entidade(s) jurídica(s) contratada(s) estará(ão) vinculados aos repasses de competência do Ministério da Saúde.

21.3. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pela(s) entidade(s) jurídica(s) credenciada(s) no momento da assinatura do contrato.

21.4. Todas as entidades jurídicas contratadas poderão, de acordo com o Ministério da Saúde, utilizar o sistema de BPA individualizado e/ou futuro sistema a ser implantado pelo Ministério da Saúde, para realização do fechamento de sua produção mensal.

21.5. O relatório e o fechamento da produção mensal deverão ser entregues na Subsecretaria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, na Coordenação de Faturamento, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação do serviço de acordo com o prazo estabelecido na Portaria MS/GM nº 2.617, de 1º de novembro de 2013;

21.6. A comprovação da realização dos procedimentos se dará pela assinatura do paciente nas fichas de presença, contendo os seguintes dados: nome completo, endereço, números da identidade, do CPF e do cartão SUS, endereço eletrônico e telefone. A não assinatura do documento pelo paciente, que se dará sempre antes do início do procedimento, ou de seu responsável/acompanhante, bem como a não indicação dos dados, implicará no não pagamento do procedimento cobrado. Tais fichas deverão ficar à disposição dos Gestores Municipais, bem como da Auditoria do DENASUS;

21.7. Para cada pagamento a entidade jurídica contratada emitirá a nota fiscal, que deverá vir acompanhada da comprovação da quitação dos encargos (INSS, ISS, FGTS) devidamente pagos na competência do faturamento, devendo ser fornecidos em papel impresso;

21.8. Caso os dados da nota estejam incorretos, a SEMSADC e/ou a FMS comunicará à entidade jurídica contratada e esta emitirá nova nota, escoimada daquelas incorreções, abrindo-se, então, novo prazo para pagamento;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

21.9 O pagamento pelos serviços prestados apenas será feito após o devido ateste das notas fiscais, com base nos recursos previamente repassados pelo Ministério da Saúde do mês de competência da nota fiscal;

21.10 As faturas rejeitadas pela FMS serão devolvidas à entidade jurídica contratada para as correções cabíveis, devendo ser reapresentadas no próximo faturamento;

21.11. O prazo máximo de reapresentação das faturas rejeitadas é de até 3 (três) competências;

21.12. Findo este prazo sem que haja regularização por parte da contratada ou apresentação de defesa aceita pela FMS, a entidade jurídica contratada está sujeita ao não recebimento pela prestação do serviço, sem prejuízo das demais sanções previstas neste edital.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

22.1. São obrigações da FMS:

22.1.1. Realizar os pagamentos devidos à entidade jurídica contratada, nas condições estabelecidas no edital, seus anexos e no contrato.

22.1.2. Atestar as notas fiscais;

22.1.3. Processar o faturamento;

22.1.4. Apresentar relatórios mensais das glosas técnicas e administrativas dos procedimentos, com o respectivo desconto na produção apresentada;

22.1.5. Realizar, a qualquer tempo, visitas técnicas, dentro de suas programações de rotina ou extraordinárias utilizando metodologia usual ou específica, e por outros componentes;

22.1.6. Analisar os relatórios e atividades elaboradas pela entidade jurídica contratada, que demonstrem o atendimento ao objeto;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

22.1.7. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela entidade jurídica contratada, fornecer documentos e demais elementos que possuir pertinentes à execução do contrato, exceto aqueles protegidos pelo dever de sigilo;

22.1.8. Supervisionar e fiscalizar as ações e os serviços executados pela(s) entidade(s) jurídica(s) contratada(s), de forma permanente, por meio da adoção de instrumentos de controle e avaliação dos serviços contratados, documentando as ocorrências que porventura ocorrerem, visando a garantir o acesso da população a serviços de saúde de qualidade;

22.1.9. Aplicar as penalidades legais e contratuais, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, observado o devido processo legal.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) CONTRATADA(S)**

23.1. A entidade jurídica contratada, além de obedecer às disposições legais descritas no edital e seus anexos, deverá obedecer também às seguintes disposições:

23.1.1. Prestar atendimento na especialidade contratada (serviços de referência em Oftalmologia para atendimento de pacientes que necessitem de consultas especializadas de avaliação em oftalmologia (incluindo Glaucoma), exames e cirurgias, com garantia de acompanhamento pós-cirúrgico);

23.1.2. Deverá manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos, ressalvados os prazos previstos em lei;

23.1.3. Informar imediatamente a FMS eventual mudança, temporária ou permanente, de endereço do estabelecimento de prestação do serviço, hipótese na qual a mesma poderá rever as condições do contrato ou rescindi-lo;

23.1.4. Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, sem autorização da Comissão de Ética em Pesquisa, devidamente registrada no Ministério da Saúde;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

23.1.5. Informar imediatamente à FMS e à SEMSADC as eventuais alterações, temporárias ou permanentes, da capacidade instalada que possam vir a comprometer a oferta de serviços disponibilizados ao SUS;

23.1.6. Comunicar eventual alteração de seus atos constitutivos ou da composição de seu quadro social, enviando à FMS, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de registro da alteração, todos os documentos pertinentes a essa alteração;

23.1.7. Informar imediatamente qualquer mudança, temporária ou permanente, do Responsável Técnico e/ou de seu substituto;

23.1.8. Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;

23.1.9. Afixar aviso, em local visível em todas as entradas de público externo ou salas de atendimento aos pacientes do SUS, de sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;

23.1.10. Promover a qualificação de suas equipes profissionais;

23.1.11. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal, igualitário e gratuito, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;

23.1.12. Prestar assistência integral e humanizada aos pacientes encaminhados pela FMS e pela SEMSDC;

23.1.13. Realizar procedimentos e rotinas técnicas atualizadas com base nas melhores evidências científicas disponíveis;

23.1.14. Incentivar a adesão ao tratamento quando for o caso;

23.1.15. Esclarecer aos pacientes e/ou responsáveis legais sobre seus direitos e sobre demais informações relevantes pertinentes aos serviços oferecidos;

23.1.16. Respeitar a decisão do paciente e/ou responsáveis legais, ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

23.1.17. Informar ao usuário do SUS e à FMS, prévia e expressamente, quando um procedimento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa. O usuário do SUS decidirá de forma livre e esclarecida sobre a sua participação;

23.1.18. Garantir a confidencialidade e confiabilidade dos dados e informações dos pacientes;

23.1.19. Obrigar-se a entregar ao usuário ou ao seu responsável, no ato da saída do estabelecimento ou sempre que solicitado, documento comprobatório, informando que a assistência foi prestada pelo SUS, sem custos adicionais para o paciente. O cabeçalho do documento deverá conter o seguinte esclarecimento: *“Esta conta deverá ser paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais, sendo expressamente vedada a cobrança, diretamente do usuário, de qualquer valor, a qualquer título.”*, com os seguintes dados:

- I. Nome da entidade jurídica contratada;
- II. Nome do paciente;
- III. Localidade;
- IV. Nome e valor do procedimento realizado.

23.1.20. Manter suas condições de habilitação durante todo o período contratual;

23.1.21. Estabelecer normas e rotinas institucionalizadas para todos os serviços prestados;

23.1.22. Participar de programas, pesquisas e ações estratégicas propostos pelo Ministério da Saúde, pela SEMSADC e pela FMS;

23.1.23. Enviar a Subsecretaria de Regulação, Controle, Auditoria e Avaliação o Laudo Técnico de Inspeção da ANVISA, sempre que houver nova fiscalização;

23.1.24. Submeter-se a avaliações sistemáticas de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde (PNASS), estabelecido pela Portaria GM/MS nº. 382, de 10 de março de 2005 (ou outra que vier a substituí-la);





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

23.1.25. Submeter-se à regulação instituída pelo Gestor;

23.1.26. Obrigar-se a apresentar, sempre que lhe for solicitado, relatórios de atividades que demonstrem o atendimento do objeto;

23.1.27. Garantir aos Conselhos de Saúde, no exercício de seu poder de fiscalização, o acesso aos serviços contratados;

23.1.28. Cumprir as Diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH);

23.1.29. Submeter-se ao Sistema Nacional de Auditoria (SNA), no âmbito do SUS, apresentando toda documentação necessária, sempre que solicitado;

23.1.30. Buscar desenvolver metodologia de garantia de qualidade e segurança na assistência a saúde visando à redução de eventos indesejados nos usuários do SUS;

23.1.31. Fornecer todos os materiais de consumo específicos, tais como: materiais de administração, descartáveis e impressos para a prestação dos serviços;

23.1.32. Não efetuar qualquer tipo de cobrança aos usuários do SUS, sendo vedada ainda a captação de pacientes oriundos do SUS para a realização de procedimentos pagos pelo usuário, ainda que tal não esteja contratado pelo SUS. Nestes casos, o paciente deverá ser encaminhado, segundo protocolo estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo para outra Unidade que realize o procedimento pelo SUS;

23.1.33. Disponibilizar todos os serviços contratualizados da unidade de saúde à regulação, dentro das normas vigentes e acordadas com a Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo.

23.1.34. Realizar atualização mensal do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e o Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), ou outro sistema de informações que venha a ser implementado no âmbito do SUS;

23.1.35. Os prestadores devem possuir rotinas e normas, escritas, atualizadas anualmente e assinadas pelo responsável técnico pela Unidade;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

23.1.36. As rotinas e normas devem abordar todos os processos envolvidos na Atenção e Administração e contemplar os seguintes itens:

- I. Manutenção preventiva e corretiva de materiais e equipamentos.
- II. Acompanhamento ambulatorial dos pacientes cirúrgicos.
- III. Escalas dos profissionais.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DA(S) CONTRATADA(S)**

24.1. Responsabilizar-se pela cobrança indevida, feita a paciente ou a seu responsável legal, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução do objeto deste edital;

24.2. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à FMS, aos pacientes ou a terceiros, quando da execução dos serviços. Essa responsabilidade da entidade jurídica contratada não é excluída ou reduzida pela presença da fiscalização ou pelo acompanhamento da execução do contrato pela FMS;

24.3. A entidade jurídica contratada é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho, previdenciários, civis, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a contratante, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição para pagamento dos créditos à contratada;

24.4. Responsabilizar-se pela contratação de pessoal para a execução dos serviços necessários à execução do objeto deste edital, responsabilizando-se, ainda, por todos os encargos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e fiscais ou quaisquer outras advindas das contratações, previstas na legislação em vigor;

24.5. Em caso de ajuizamento de ações trabalhistas pelos empregados da entidade jurídica contratada ou ainda por funcionários terceirizados ou da verificação da existência de débitos previdenciários decorrentes da execução do contrato pela mesma, com a inclusão do Município e/ou FMS de São Gonçalo no polo passivo da ação, a FMS poderá reter, das parcelas vincendas, o correspondente a três vezes



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

o montante dos valores cobrados, que poderão ser complementados por meio de nova retenção, em caso de insuficiência;

24.6. A retenção prevista na cláusula acima será realizada na data do conhecimento pela FMS da existência da ação trabalhista ou da verificação da existência de débitos previdenciários;

24.7. A quantia objeto de retenção na forma da cláusula 24.5 será liberada com o trânsito em julgado da decisão de improcedência dos pedidos ou do efetivo pagamento do título executivo judicial ou do débito previdenciário pela entidade jurídica contratada;

24.8. Em não ocorrendo nenhuma das hipóteses previstas na cláusula 24.5, a a FMS efetuará o pagamento devido nas ações trabalhistas ou dos encargos previdenciários, com o valor retido, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à entidade jurídica contratada;

24.9. Ocorrendo o término do contrato sem que tenha se dado à decisão final da ação trabalhista ou decisão final sobre o débito previdenciário, o valor ficará retido e será pleiteada em processo administrativo, após o trânsito em julgado e/ou a realização do pagamento da dívida.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA GRATUIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO**

25.1. Os serviços prestados pela entidade jurídica contratada à população, em decorrência da execução do objeto deste edital e seus anexos, serão totalmente gratuitos, sendo-lhe vedado exigir qualquer tipo de contraprestação, ajuda, auxílio ou colaboração;

#### **DA CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO**

26.1. A execução dos serviços contratados será objeto de acompanhamento, controle e avaliação pela Subsecretaria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

26.2. A execução dos serviços contratados será objeto de fiscalização por servidor(es) designado(s) pelo Secretário Municipal de Saúde, por meio de portaria publicada no Diário Oficial do Município de São Gonçalo;

26.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da entidade jurídica contratada por quaisquer irregularidades, inclusive perante terceiros, nem a exime de manter fiscalização própria;

26.4. A fiscalização não implica a corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos;

26.5. Para execução da fiscalização, a entidade jurídica contratada se submeterá a todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessárias;

26.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela entidade jurídica contratada, sem justificativa aceita pela SEMSADC e/ou FMS, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar na aplicação de sanções legais e contratuais à entidade jurídica contratada;

26.7. Qualquer alteração que importe em diminuição da capacidade operativa da entidade jurídica contratada poderá ensejar a não prorrogação do contrato ou a revisão das condições estipuladas;

26.8. A entidade jurídica contratada facilitará o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços, prestará todos os esclarecimentos e entregará todos os documentos que lhe for solicitado;

26.9. O(s) servidor(es) designado(s) pela fiscalização, sob pena de responsabilidade administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para constatação e providências cabíveis.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO DESCREDENCIAMENTO**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

27.1. O descumprimento de quaisquer das normas e condições previstas na legislação aplicável, neste edital e seus anexos, poderá ensejar o descredenciamento da entidade jurídica contratada e a consequente rescisão do contrato administrativo;

27.2. O descredenciamento poderá ocorrer em qualquer fase do credenciamento, inclusive durante a vigência do contrato, caso o(s) servidor(es) designado(s) para fiscalização do objeto do contrato tome(m) conhecimento de fatos supervenientes que desabonem a idoneidade da proponente, que comprovem a falsidade das informações prestadas ou quaisquer outros que contrariem as disposições contidas neste edital ou na legislação aplicável;

27.3. As entidades jurídicas contratadas não terão qualquer direito à indenização em decorrência do descredenciamento, garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data do ato;

27.4. No caso de descredenciamento fica assegurado o contraditório e a ampla defesa;

27.5. A entidade jurídica contratada poderá requerer seu descredenciamento, por meio de documento formal endereçado à Subsecretaria de Regulação, Controle, Auditoria e Avaliação, com antecedência mínima de 60(sessenta) dias.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DAS PENALIDADES APLICÁVEIS**

28.1. A inexecução do objeto deste chamamento público, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a pessoa jurídica de direito privada contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal no que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

28.1.1. Advertência;

28.1.2. Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

28.1.3. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

28.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

28.2. A imposição das penalidades é de competência exclusiva da contratante;

28.3. A sanção prevista na cláusula 28.1.2 deste edital poderá ser aplicada cumulativamente com qualquer outra;

28.4. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia;

28.5. A multa administrativa prevista na cláusula 28.1.2 deste edital não tem caráter compensatório. O seu pagamento não exime responsabilidade da contratada por eventuais perdas e danos apurados;

28.6. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho, respeitado o limite do Código Civil vigente, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela contratante e ainda da aplicação de outras sanções administrativas;

28.7. Antes da aplicação de qualquer penalidade administrativas, será garantido o exercício do contraditório e ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias, contados da notificação pessoal da contratante;

28.8. O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade;

28.9. Será remetida à Secretaria Municipal de Saúde cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela contratada, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

29.1. O prazo para recebimento dos requerimentos de habilitação poderá ser adiado ou prorrogado, sem que caibam aos interessados quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso;

29.2. O presente chamamento público poderá ser revogado em face de razões de interesse público, mediante decisão fundamentada, por motivo superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo ainda ser anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, assegurado o devido processo legal;

29.3. A(s) pessoa(s) jurídica(s) de direito privado participante(s), credenciada(s) ou contratada(s) não terá(ão) qualquer direito à indenização em decorrência da anulação/revogação do chamamento público, sendo-lhe(s) assegurado apenas o pagamento pelos serviços prestados até a data do ato.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DOS RECURSOS**

30.1. Das decisões proferidas no presente procedimento de chamamento público caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Município de São Gonçalo ou da intimação do ato, o que ocorrer primeiro, nos seguintes casos:

30.1.1. Habilitação ou inabilitação da proponente;

30.1.2. Descredenciamento;

30.1.3. Anulação ou revogação do credenciamento;

30.1.4. Penalidades aplicadas.

30.2. Os recursos para os casos previstos nos itens, 30.1.1. e 30.1.2. acima serão dirigidos à autoridade máxima do órgão credenciador e contratante por intermédio de protocolo direcionado à Comissão Técnica de Avaliação e Julgamento, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade máxima, com as informações cabíveis.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

30.2.1. Já os recursos para os casos previstos nos itens, 30.1.3. e 30.1.4. acima serão dirigidos à autoridade máxima do órgão credenciador e contratante, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

30.3. Só serão aceitos recursos por escrito e protocolados na Secretaria Municipal de Saúde, com sede na Avenida São Gonçalo, nº 100, G2, Boa Vista, São Gonçalo/RJ, CEP 24.466-315;

30.4. É vedada a apresentação de mais de um recurso contra a mesma decisão pela mesma entidade jurídica participante, credenciada ou contratada;

30.5. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento a todos os recorrentes por publicação no Diário Oficial do Município de São Gonçalo.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

31.1. Ao protocolar o envelope de credenciamento, presume-se que a proponente conhece todas as condições estabelecidas no presente edital e seus anexos;

31.2. A participação neste processo de chamamento público implica a aceitação de todos os termos deste edital e da legislação aplicável;

31.3. A entidade jurídica interessada é responsável pela veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo de chamamento. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inveracidade das informações nele contidas implicará a imediata inabilitação da interessada que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido credenciada, o descredenciamento, e se contratada, rescisão do contrato e o seu descredenciamento, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

31.4. A FMS poderá solicitar às entidades jurídicas, participantes, credenciadas e contratadas, a qualquer momento, informações e documentos que julgarem necessários;

31.5. As entidades jurídicas, participantes, credenciadas e contratadas intimadas a prestar quaisquer esclarecimentos ou a apresentar documentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela FMS, sob pena de inabilitação, descredenciamento e/ou rescisão do contrato;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

31.6. O desatendimento a exigências formais não essenciais não importará no afastamento da interessada do processo de chamamento público, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;

31.7. Os atos referentes a este processo de chamamento público poderão ser comunicados às interessadas por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante a publicação no Diário Oficial do Município de São Gonçalo, salvo disposição legal ou editalícia expressa em sentido contrário;

31.8 É permitido o credenciamento a qualquer entidade jurídica interessada, desde que preencha as condições exigidas e durante a vigência deste edital;

31.9 Fazem parte do presente edital, integrando-o, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

ANEXO II – MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO;

ANEXO III – MODELO DE CARTA CREDENCIAL;

ANEXO IV – MODELO DE ACEITAÇÃO DOS PREÇOS PRATICADOS;

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DOS QUANTITATIVOS MÍNIMOS E MÁXIMOS DOS PROCEDIMENTOS A SEREM OFERTADOS;

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS;

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO EDITAL;

ANEXO IX – MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA;

ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

ANEXO XI – MINUTA DO DOCUMENTO DESCRITIVO

31.10. Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade superior, observados os princípios que informam a atuação da Administração Pública;

31.11. O Foro de São Gonçalo é eleito como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este chamamento público e à contratação dele decorrente, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

## **ANEXO I**

# **PROJETO BÁSICO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFERÊNCIA EM OFTALMOLOGIA**

**Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil  
Subsecretaria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

## **1. APRESENTAÇÃO**

1.1. O presente Projeto Básico tem como finalidade detalhar o interesse da Secretaria Municipal de Saúde e da Fundação Municipal de Saúde (FMS) em aperfeiçoar procedimentos administrativos de contratualização para a efetiva prestação de serviços de referência em Oftalmologia possibilitando o atendimento de pacientes que necessitem de consultas especializadas de avaliação em oftalmologia - incluindo Glaucoma, assim como de exames e de cirurgias.

## **2. OBJETO**

2.1. O objeto do presente termo é a seleção, credenciamento e possível contratação, de entidades jurídicas, públicas ou privadas, com preferência para as filantrópicas e/ou as sem fins lucrativos, inscritas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), sediadas ou estabelecidas neste município, para prestação de serviços de referência em Oftalmologia para atendimento de pacientes que necessitem de consultas especializadas de avaliação em oftalmologia (incluindo Glaucoma), exames e cirurgias, com garantia de acompanhamento pós-cirúrgico, conforme especificado neste Projeto Básico.

2.2. O contratado deverá dispor de capacidade instalada compatível com os serviços a serem contratualizados, incluído os equipamentos, o espaço físico e os recursos humanos, os quais poderão ser empregados para atender pacientes particulares, desde que garantidos os ofertados à contratante. (sugestão de texto)

2.3. Destaca-se que, para a prestação dos serviços de referência em oftalmologia decorrentes da contratualização em questão, a(s) entidade(s) jurídica(s) eventualmente contratada(s) deverá(ão) observar todas as previsões deste Projeto Básico, que constará em anexo ao respectivo edital, assim como observar o disposto na Portaria GM/MS nº 1.631 de 01/10/2015; na Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde nº 05, de 28/09/2017; na Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde nº 2, de 28/09/2017; na Portaria GM/MS n.º 957, de 15.05.2008; na Portaria SAS n.º 288, de 19/05/2008; na Portaria Conjunta entre a Secretaria de Atenção à Saúde e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos n.º 11, de 02/04/2018; na Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); na Lei n.º 8.666/93; e nas demais normas e legislações vigentes aplicáveis.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

### 3. JUSTIFICATIVA

Os marcos normativos para a organização da atenção oftalmológica são a Portaria GM/MS n. 957 de 15.05.2008, que institui a política nacional de atenção em oftalmologia, a Portaria SAS n. 288 de 19.05.2008, que definiu as redes estaduais e regionais na atenção básica e especializada em oftalmologia e o protocolo do tratamento do glaucoma, publicado pela portaria conjunta entre a Secretaria de Atenção à Saúde e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos nº 11, de 02 de abril de 2018, a qual estabeleceu novas diretrizes para o diagnóstico e tratamento do glaucoma.

A Política Nacional de Atenção Especializada em Oftalmologia deve contemplar todos os municípios, respeitadas as competências das três esferas de gestão, organizada de forma articulada entre o Ministério da Saúde, as Secretarias de Estado da Saúde e as Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de redes estaduais e regionais, visando ampliar a cobertura no atendimento aos pacientes com doenças oftalmológicas.

A Portaria SAS/MS nº 288, de 19 de maio de 2008, definiu os critérios para a credenciamento/habilitação das Unidades de Atenção Especializada e dos Centros de Referência em Oftalmologia.

A Rede de Atenção em Oftalmologia do Estado do Rio de Janeiro possui 36 unidades de Atenção Especializada em Oftalmologia de Média e Alta complexidade, distribuídas por 16 municípios, segundo pactuações ocorridas na Comissão Intergestores Bipartite.

No município de São Gonçalo existe um serviço credenciado ao SUS que realiza procedimentos de média e alta complexidade oftalmológica, o qual também é referência regional e compõe a Rede de Atenção em Oftalmologia do Estado do Rio de Janeiro, a Oftalmoclínica (“Hospital dos Olhos São Gonçalo”, CNES: 9690395, e “H Olhos São Gonçalo”, CNES: 2291525).

Considerando os parâmetros da Portaria nº 288/SAS/MS, de 19 de maio de 2008, como orientadores para a ordenação/organização da rede assistencial de oftalmologia, o Estado do Rio de Janeiro deve apresentar o quantitativo de 77 (setenta e sete) Unidades de Atenção Especializada em Oftalmologia.

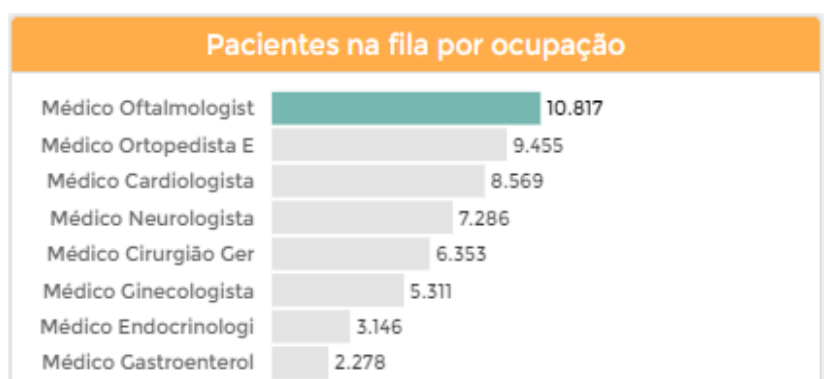


ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

De acordo com os critérios de programação da Portaria Nº 1.631, de 1º de outubro de 2015, que aprova critérios e parâmetros para o planejamento e programação de ações e serviços de saúde no âmbito do SUS, os recursos federais alocados no teto financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Rio de Janeiro atendem somente cerca de 30% das necessidades estimadas de oftalmologia da população do Estado.

Este cenário tem se traduzido em longas filas de espera para acesso aos atendimentos, especialmente primeira consulta, resultando em perda do tempo oportuno de tratamento (aumentando a gravidade dos casos) e demandas judiciais, que oneram sobremaneira o orçamento da saúde.

A regulação municipal tem registrado cerca de 10.817 pacientes (julho/2022) para primeira consulta em oftalmologia, disponibilizando apenas 560 vagas, conforme tabela abaixo (*Fonte Esus – Sistema de Regulação Municipal*):



OFTALMOLOGIA	560	496	277
	Disponível	Marcadas	Efetivadas

Outra situação de grande gravidade é o baixo número de paciente em tratamento de glaucoma, cujo registro de atendimentos (Sistema de Informação Ambulatorial do SUS) realizados em 2021 correspondeu a apenas 3% da demanda estimada para o município de São Gonçalo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

Sendo a principal causa de cegueira, também merece atenção a oferta registrada de realização de cirurgias de catarata por meio de facoemulsificação a laser que, apesar do aumento de produção apresentado em 2021, com cerca de 3.100 cirurgias, que representa a estimativa de novos casos por ano, o serviço constitui-se como referência regional, e atende demanda de outros municípios.

Por fim, dentre os tratamentos cirúrgicos de maior frequência estimada, temos o pterígio, com cerca de 10.000 casos estimados, e a realização de cerca de 200 cirurgias por ano (SIA, 2021).

Diante da crescente demanda de assistência oftalmológica e a insuficiência de unidades de saúde de atenção oftalmológica que prestem serviço ao SUS no estado, é apresentado o presente Projeto Básico para contratar serviços de atendimento aos pacientes que necessitam realizar exames, consultas especializadas (incluindo glaucoma), procedimentos cirúrgicos de maior demanda e acompanhamento pós-cirúrgico.

Os procedimentos de maior complexidade não estão previstos pelo entendimento de que existe um serviço já credenciado no município para esta finalidade. A presente contratação prevê uma nova porta de entrada e fluxo de atendimento em oftalmologia, com o objetivo de diminuir a demanda pela consulta de avaliação e diagnóstico, absorver parte das demandas de tratamento de menor complexidade, mas com alta demanda e qualificar a atenção oftalmológica no município de São Gonçalo.

Sobre as patologias mencionadas, o glaucoma é uma neuropatia óptica que afeta mais de 67 milhões de pessoas no mundo, das quais 10% são cegas (acuidade visual corrigida no melhor olho de 0,05 ou campo visual com menos de 10 graus no melhor olho com a melhor correção óptica). Após a catarata, o glaucoma é a segunda causa de cegueira, além de ser a principal causa de cegueira irreversível.

No Brasil, há escassez de informações quanto à prevalência do glaucoma. A maior parte dos estudos é restrita, antiga e mostra prevalência de 2% - 3% na população acima de 40 anos, com aumento da prevalência conforme o aumento da idade. O Conselho Brasileiro de Oftalmologia adota a prevalência de 1% na população total, como em recente trabalho conjunto com o Ministério da Saúde.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

A identificação de fatores de risco e da doença em seu estágio inicial e o encaminhamento ágil e adequado para o atendimento especializado dão à atenção básica um caráter essencial para um melhor resultado terapêutico e prognóstico dos casos.

Se houver suspeita de glaucoma, exames devem ser realizados como forma de complementar a investigação diagnóstica (nos casos de glaucoma estabelecido, visam auxiliar na definição etiológica e de gravidade).

A gonioscopia avalia o ângulo iridocorneano, identificando a amplitude do ângulo da câmara anterior, o grau de pigmentação, a altura da inserção iriana e a configuração da íris.

A paquimetria ultrassônica avalia a espessura corneana central e influencia a estimativa da PIO.

A campimetria visual (campimetria computadorizada estática acromática) é o exame padrão-ouro para detectar o dano funcional do glaucoma e para monitorizar sua progressão.

Uma vez realizado o diagnóstico em tempo oportuno, o paciente deverá ser direcionado à unidade habilitada de referência, que recebe os colírios para tratamento, adquiridos pelo Ministério da Saúde e Secretaria de Estado de Saúde.

Vários estudos apontam a maior incidência, dentre as doenças oftalmológicas que demandam cirurgia, o pterígio e a catarata.

O pterígio refere-se ao espessamento vascularizado da conjuntiva, de forma triangular, que se estende do ângulo interno do olho na direção da córnea. A frequência da condição varia entre 1% e 33% entre as várias regiões do mundo.

O pterígio é mais frequente em adultos entre 20 e 40 anos e parece ser mais comum em homens. O pterígio nos olhos é, muitas vezes, precedido de outra degenerescência da conjuntiva designada de pinguécula.

Para evitar complicações visuais, o paciente deve buscar auxílio médico assim que sentir os primeiros sintomas ou ao notar o crescimento da membrana



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

estranha no olho. Assim, o tratamento da doença pode ser clínico ou cirúrgico, motivado por questões funcionais e/ou estéticas.

A catarata é a maior causa de cegueira em todo o mundo, com exceção dos países desenvolvidos. Responde por 47,8% dos casos mundiais de cegueira (RESNIKOFF, 2004). É anatomicamente definida como qualquer opacificação do cristalino que difracte a luz, acarretando efeito negativo na visão. As alterações podem levar desde pequenas distorções visuais até a cegueira.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a incidência anual de catarata é estimada em 0,3% ao ano. Isso representaria, no Brasil, cerca de 550 000 novos casos de catarata por ano. Aplicada a população do município de São Gonçalo, seriam cerca de 3.000 casos novos por ano.

A catarata é considerada um problema de saúde pública devido ao grande número de pessoas com a doença, que a cada ano aumenta. O tratamento é cirúrgico, sendo que as técnicas de remoção da opacidade lenticular apresentam-se relativamente simples, têm baixo custo e têm sido praticadas com segurança há muitos anos. Políticas de combate a cegueira por catarata tem por objetivo conscientizar a população sobre a catarata e aumentar a oferta de cirurgias.

A definição das metas físicas e procedimentos prioritários foram definidos considerando a necessidade reduzir o tempo de espera para atendimento na área de oftalmologia, especialmente a primeira consulta, e os recursos orçamentários disponíveis para essa ampliação da oferta.

#### **4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO / QUANTIDADE E ESTIMATIVA DE CUSTO**

4.1. O atendimento aos usuários do SUS consistirá na realização de procedimentos elencados na Planilha Quantitativa e de Valores – Credenciamento Procedimentos Oftalmológicos.

4.2. Constituem blocos organizados artificialmente por tipo de atendimento e compostos por procedimentos relacionados ao tipo de atendimento, que podem ser realizados no atendimento. Entretanto, apenas os efetivamente realizados, registrados e informados no Sistema de Informação Ambulatorial do SUS serão efetivamente computados para pagamento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

4.3. É condição, também, que os atendimentos sejam previamente regulados pela central municipal de regulação, sendo a mesma responsável por indicar os meios, fluxos e protocolos a serem seguidos pelo prestador.

4.4. O valor total estimado para a execução dos procedimentos pactuados é de **R\$ 275.915,80** (duzentos e setenta e cinco mil novecentos e quinze reais e oitenta centavos) **mensais**, o que corresponde ao valor de **R\$ 3.310.989,60** (três milhões, trezentos e dez mil novecentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos) **por ano**.

4.5. Saliencia-se que os valores financeiros têm como referências os valores da tabela SUS de procedimentos, tratando-se dos menores valores previstos no mercado, o que garanta a **vantajosidade** a e **economicidade** na contratualização da forma que se pretende.

4.6. Abaixo segue a respectiva tabela com quantitativo e valores correspondentes:

Descrição do Procedimento	Valor (R\$) previsto na tabela SIGTAP	Quantidade de Procedimentos	Valor Final (R\$)
Biometria ultrassônica (monocular)	24,24	100	<b>2.424,00</b>
Biomicroscopia de fundo de olho	12,34	1.400	<b>17.276,00</b>
Capsulotomia Yag laser	112,77	40	<b>4.510,80</b>
Ceratometria	3,37	1.400	<b>4.718,00</b>
Consulta médica especializada	10,00	1.070	<b>10.700,00</b>
Consulta para diagnóstico/reavaliação de glaucoma (tonometria, fundoscopia e campimetria)	57,74	250	<b>14.435,00</b>
Consulta pós cirúrgica	10,00	50	<b>500,00</b>
Curva Diária de Pressão Ocular (mínimo 3 medidas)	10,11	250	<b>2.527,50</b>
Facoemulsificação c/ implante de lente intraocular dobrável	771,60	100	<b>77.160,00</b>
Fundoscopia	3,37	400	<b>1.348,00</b>
Gonioscopia	6,74	500	<b>3.370,00</b>
Mapeamento de retina	24,24	2.000	<b>48.480,00</b>
Microscopia especular de córnea	24,24	400	<b>9.696,00</b>
Paquimetria	14,81	800	<b>11.848,00</b>
Paquimetria Ultrassônica	14,81	100	<b>1.481,00</b>
Potencial de acuidade visual	3,37	1.300	<b>4.381,00</b>
Retinografia fluorescente binocular	64,00	400	<b>25.600,00</b>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

Teste de provocação de glaucoma	6,74	500	<b>3.370,00</b>
Teste ortoptico	12,34	600	<b>7.404,00</b>
Tonometria	3,37	1.700	<b>5.729,00</b>
Topografia computadorizada de córnea	24,24	250	<b>6.060,00</b>
Tratamento cirúrgico para pterígio	209,55	50	<b>10.477,50</b>
Ultrassonografia de globo ocular/orbita(monocular)	24,20	100	<b>2.420,00</b>
<b>Total Geral</b>		13.760	<b>275.915,80</b>

## 5. SOBRE A ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO DE REFERÊNCIA EM OFTALMOLOGIA

5.1. As Unidades de Atenção Especializada em Oftalmologia devem possuir condições técnicas, instalações físicas, equipamentos e recursos humanos adequados à prestação de atenção especializada a portadores de doenças oftalmológicas que necessitem ser submetidos a procedimentos clínicos, de diagnóstico e tratamentos cirúrgicos.

5.2. Deve integrar e articular com a com a rede local de atenção à saúde e ainda oferecer consultas em oftalmologia como referência à rede de Atenção Básica, na medida da necessidade da população, definida pelo gestor de saúde.

5.3. Além disso, em respeito aos princípios organizativos do SUS, assegurada a preferência às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, a unidade a ser credenciada deve:

- Enviar as bases de produção ambulatorial, por meio do sistema oficial de faturamento do SUS: SIA;
- Enviar as bases de Cadastro do Sistema de Cadastro de Estabelecimentos de Saúde;
- Formalizar de Termo de Credenciamento com um único gestor SUS;
- Submeter-se ao monitoramento, controle e avaliação pelo ente contratante;
- Garantir um único mecanismo de acesso ao serviço, de forma transparente e com equidade.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

5.4. É necessário que o estabelecimento seja cadastrado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), devendo realizar, obrigatoriamente:

I - Consulta Oftalmológica com avaliação clínica que consiste em: anamnese, aferição de acuidade visual, refração dinâmica e/ou estática, biomicroscopia do segmento anterior, exame de fundo de olho, hipótese diagnóstica e apropriada conduta propedêutica e terapêutica.

II - Procedimentos de diagnose para patologias de córnea e glaucoma.

III - Seguimento ambulatorial pré-operatório e pós-operatório específico para os procedimentos cirúrgicos de pterígio e catarata, incluindo os procedimentos de diagnose e terapia complementares.

IV - Atendimento das complicações que advierem do tratamento cirúrgico realizado na unidade.

5.5. A equipe de profissionais deve ser composta, no mínimo, por 01 (um) Responsável Técnico, 02 (dois) médicos oftalmologistas, 01 (um) Médico Anestesiologista, caso realize procedimentos cirúrgicos, 01 (um) enfermeiro assistencial, técnicos de enfermagem. O número de enfermeiros, técnicos e/ou auxiliares de enfermagem deverá cumprir a Resolução COFEN vigente.

5.6. A área física da Unidade deve possuir Alvará de Funcionamento e se enquadrar nos critérios e normas estabelecidos pela legislação em vigor, ou outros ditames legais que as venham substituir ou complementar, como a RDC n.º 50, de 21 de fevereiro de 2002, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para Planejamento, Programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, e de outras que vierem a complementá-la, alterá-la ou substituí-la.

5.7. Estrutura Física (exigências mínimas): em sua estrutura física devem existir salas para consultas médicas, avaliação e terapia oftalmológicas, recepção e sala de espera para acompanhantes, registro de pacientes, depósito de material de limpeza, área para guardar materiais/ equipamentos/ medicamentos, sanitários independentes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

5.8. Os consultórios/salas de consultas médicas devem contar com, no mínimo, os seguintes equipamentos: cadeira e coluna oftalmológica, refrator, biomicroscópio (lâmpada de fenda), tonômetro ocular, oftalmoscópio (direto e/ou indireto), lensômetro, projetor ou tabela de optotipos, ecobiômetro, microscópio especular, campímetro, topógrafo, ecógrafo, paquímetro ultrassônico e retinógrafo.

5.9. Para os serviços que ofertarem cirurgias, o Centro Cirúrgico deve contemplar, pelo menos, foco cirúrgico 01 mesa cirúrgica, 01 mesa auxiliar com rodízios (40x60x90 cm), 01 gerador mono e bipolar, 01 microscópio cirúrgico, 01 facoemulsificador, material de anestesia adequado, monitores, 01 capnógrafo e um 01 aspirador elétrico a vácuo portátil.

5.9.1. Além do instrumental cirúrgico necessário para o bom desempenho dos procedimentos a serem realizados: cirurgia de catarata com a técnica de facoemulsificação, caixa caneta irrigação para facoemulsificação, e cirurgia de pterígio.

5.10. A unidade de oftalmologia contratada deverá informar eventual mudança, temporária ou permanente, de endereço do estabelecimento de prestação do serviço, bem como da capacidade instalada que possam vir a comprometer a oferta de serviços disponibilizados ao SUS, hipótese na qual a Secretaria Municipal de Saúde poderá rever as condições do contrato ou rescindi-lo.

5.11. Da mesma forma, informar imediatamente qualquer mudança, temporária ou permanente, do Responsável Técnico e/ou de seu substituto.

5.12. Os procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos deverão ser disponibilizados em sua totalidade pela CONTRATADA para a central de regulação definida pelo contratante, a depender das regras locais de regulação, sendo vedada a reserva ou disponibilização de procedimentos ambulatoriais que não sejam regulados através do sistema de regulação definido pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.13. A assistência prestada deve ser integral e humanizada aos pacientes, seguindo os preceitos da Política Nacional de Humanização e Segurança do Paciente.

5.14. Os pacientes e/ou responsáveis legais devem ser esclarecidos sobre seus direitos e sobre demais informações relevantes pertinentes aos serviços oferecidos,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

sendo respeitada a decisão do paciente e/ou responsáveis legais, ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal. E, nos casos de decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto, apresentar, por escrito, aos pacientes ou a seus responsáveis legais, as razões técnicas alegadas.

5.15. A unidade deve manter os prontuários médicos dos pacientes sempre atualizados, sendo indispensável ao serviço possuir prontuário único para cada paciente, que inclua todos os tipos de atendimento, contendo as informações completas do quadro clínico e sua evolução, todas devidamente descritas, de forma clara e precisa, datadas e assinadas pelo profissional responsável pelo serviço.

5.16. As informações indispensáveis e mínimas referentes à evolução clínica e a assistência ao paciente deverão conter:

- a) Identificação do paciente;
- b) Histórico clínico;
- c) Avaliação oftalmológica que consiste em: anamnese, aferição de acuidade visual, refração estática e/ou dinâmica, biomicroscopia do segmento anterior, exame de fundo de olho, hipótese diagnóstica;
- d) Indicação do procedimento terapêutico clínico e/ou cirúrgico;
- e) Descrição do procedimento terapêutico clínico e/ou cirúrgico, em ficha específica contendo: identificação da equipe, descrição cirúrgica, incluindo os materiais usados e seus respectivos registros nacionais, para controle e rastreamento dos implantes;
- f) Descrição da evolução;
- g) Sumário de alta;
- h) Evolução ambulatorial.

## **6. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA**





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

**6.1. Regularidade fiscal e trabalhista:**

6.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.1.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da interessada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do credenciamento;

6.1.3. Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta – Dívida Ativa da União e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal), Estadual e Municipal;

6.1.4. Certidão de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

6.1.5. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS-CRF);

6.1.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pela Justiça do Trabalho.

6.1.7. A contratada será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, a Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas e o Certificado de Regularidade do FGTS, sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

**6.3. Habilitação Jurídica:**

6.3.1. Cópia da cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

6.3.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.3.3. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Entidades jurídicas, no caso de associações e fundações, acompanhado da prova de diretoria em exercício;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

6.3.4. Cópia do alvará de funcionamento emitido pela municipalidade da sede.

**6.4. Qualificação Econômico-Financeira:**

6.4.1. Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras inerentes ao último exercício social, devendo as mesmas serem apresentadas na forma da Lei, assinada por profissional contábil, com inscrição válida perante o Conselho Regional de Contabilidade, que demonstre e comprove a boa e regular situação financeira da entidade jurídica, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

6.4.2. Certidões negativas de falência expedidas pelos distribuidores da sede da entidade jurídica. Se a proponente não for sediada na Comarca de São Gonçalo ou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências;

OBSERVAÇÕES: As certidões que não indicarem prazo de validade deverão ter sido expedidas, no máximo até 90 (noventa) dias antes da data de recebimento das propostas; os balanços deverão conter as assinaturas dos sócios e do contador responsável da proponente, o nº das folhas do livro diário, bem como o seu registro na junta comercial ou cartório de registro de títulos e documentos;

**6.5. Qualificação Técnico – Profissional:**

6.5.1. Médico Oftalmologista: médico com título de especialista em oftalmologia, sendo que a habilitação pode ser comprovada por certificado de Residência Médica reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), título de especialista da Associação Médica Brasileira (AMB) - Conselho Brasileiro de Oftalmologia ou registro no cadastro de especialistas dos respectivos Conselhos Federal e Regionais de Medicina;

6.5.2. Responsável Técnico: Médico responsabilidade técnica pela Unidade;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

6.5.3. Médico Anestesiologista: médico com título de especialista na área de Anestesiologia, conferido pela Sociedade Brasileira de Anestesiologia, afim ou, ainda, certificado de Residência Médica em Anestesiologia, reconhecida pelo Ministério da Educação;

6.5.4. Enfermeiro: Profissional de Enfermagem inscrito em seu Conselho Regional, preferencialmente com capacitação e experiência em oftalmologia;

6.5.6. Técnico e/ou Auxiliar de Enfermagem: Profissional de enfermagem inscrito em seu Conselho Regional com a respectiva habilitação profissional, com formação profissional reconhecida pelo MEC.

## **7. DA ADMISSÃO DO PACIENTE NA UNIDADE CREDENCIADA**

7.1. A entrada de pacientes para os serviços na unidade credenciada se dará exclusivamente por demanda referenciada e regulada. A unidade exercerá o papel de referência para consultas de avaliação oftalmológica de primeira vez, avaliação para patologias de córnea e glaucoma e ainda procedimentos cirúrgicos de pterígio e facoemulsificação.

7.2. O contratado também poderá ser solicitante de procedimentos subsequentes ao primeiro atendimento. As solicitações serão reguladas por critério cronológico de inserção e de gravidade clínica, direcionadas para as vagas nas especialidades disponibilizadas pelo contratado, respeitados os critérios estabelecidos pelo protocolo de regulação municipal.

7.3. Caberá à unidade contratada o reagendamento e a garantia do atendimento quando não houver a possibilidade de atendimento dos pacientes agendados.

7.4. A unidade contratada deverá fazer contato telefônico com os pacientes previamente à consulta agendada a fim de diminuir o absenteísmo. Havendo necessidade de cancelamento do procedimento agendado, a unidade solicitante deverá realizá-lo em tempo hábil de forma a permitir a disponibilização da vaga para outro paciente.

7.5. Caberá à contratada programar toda a oferta de vagas ambulatoriais no sistema de regulação indicado pela contratante.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

7.6. Caberá à contratada programar *overbooking* de vagas para os procedimentos que apresentarem absenteísmo superior a 15% a fim de evitar a ociosidade de profissionais. O percentual de *overbooking* deverá ser indicado pelo contratante.

## **8. DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento do serviço será feito conforme o somatório dos procedimentos realizados na competência, tendo como base de cálculo os valores da Tabela SUS do Ministério da Saúde (SIGTAP).

8.2. Serão considerados, para fins de pagamento, apenas os procedimentos realizados dentro dos padrões exigidos neste Projeto Básico.

8.3. O cálculo para pagamento será feito mediante apresentação dos dados de produção no Sistema de Informação Ambulatorial do SUS, acompanhado da nota fiscal correspondente e do relatório detalhado. Os reajustes dos valores pagos serão os estabelecidos pela Tabela SUS do Ministério da Saúde e pactuação CIB de valores complementares de fonte estadual.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **9.1. Da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil de São Gonçalo:**

- a) Realizar os pagamentos devidos à entidade jurídica contratada, nas condições estabelecidas no edital, seus anexos e no contrato.
- b) Atestar as notas fiscais;
- c) Processar o faturamento;
- d) Apresentar relatórios mensais das glosas técnicas e administrativas dos procedimentos, com o respectivo desconto na produção apresentada;
- e) Realizar, a qualquer tempo, visitas técnicas, dentro de suas programações de rotina ou extraordinárias utilizando metodologia usual ou específica, e por outros componentes;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

- f) Analisar os relatórios e atividades elaboradas pela entidade jurídica contratada, que demonstrem o atendimento ao objeto;
- g) Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela entidade jurídica contratada, fornecer documentos e demais elementos que possuir pertinentes à execução do contrato, exceto aqueles protegidos pelo dever de sigilo;
- h) Supervisionar e fiscalizar as ações e os serviços executados pela(s) entidade(s) jurídica(s) contratada(s), de forma permanente, por meio da adoção de instrumentos de controle e avaliação dos serviços contratados, documentando as ocorrências que porventura ocorrerem, visando a garantir o acesso da população a serviços de saúde de qualidade;
- i) Aplicar as penalidades legais e contratuais, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, observado o devido processo legal.

**9.2. Da unidade prestadora de serviço de saúde:**

- a) Prestar atendimento na especialidade contratada (serviços de referência em Oftalmologia para atendimento de pacientes que necessitem de consultas especializadas de avaliação em oftalmologia (incluindo Glaucoma), exames e cirurgias, com garantia de acompanhamento pós-cirúrgico);
- b) Deverá manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos, ressalvados os prazos previstos em lei;
- c) Informar imediatamente a FMS eventual mudança, temporária ou permanente, de endereço do estabelecimento de prestação do serviço, hipótese na qual a mesma poderá rever as condições do contrato ou rescindi-lo;
- d) Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, sem autorização da Comissão de Ética em Pesquisa, devidamente registrada no Ministério da Saúde;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

- e) Informar imediatamente à FMS e à SEMSADC as eventuais alterações, temporárias ou permanentes, da capacidade instalada que possam vir a comprometer a oferta de serviços disponibilizados ao SUS;
- f) Comunicar eventual alteração de seus atos constitutivos ou da composição de seu quadro social, enviando à FMS, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de registro da alteração, todos os documentos pertinentes a essa alteração;
- g) Informar imediatamente qualquer mudança, temporária ou permanente, do Responsável Técnico e/ou de seu substituto;
- h) Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- i) Afixar aviso, em local visível em todas as entradas de público externo ou salas de atendimento aos pacientes do SUS, de sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;
- j) Promover a qualificação de suas equipes profissionais;
- k) Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal, igualitário e gratuito, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;
- l) Prestar assistência integral e humanizada aos pacientes encaminhados pela FMS e pela SEMSDC;
- m) Realizar procedimentos e rotinas técnicas atualizadas com base nas melhores evidências científicas disponíveis;
- n) Incentivar a adesão ao tratamento quando for o caso;
- o) Esclarecer aos pacientes e/ou responsáveis legais sobre seus direitos e sobre demais informações relevantes pertinentes aos serviços oferecidos;
- p) Respeitar a decisão do paciente e/ou responsáveis legais, ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

- q) Informar ao usuário do SUS e à FMS, prévia e expressamente, quando um procedimento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa. O usuário do SUS decidirá de forma livre e esclarecida sobre a sua participação;
- r) Garantir a confidencialidade e confiabilidade dos dados e informações dos pacientes;
- s) Obrigar-se a entregar ao usuário ou ao seu responsável, no ato da saída do estabelecimento ou sempre que solicitado, documento comprobatório, informando que a assistência foi prestada pelo SUS, sem custos adicionais para o paciente. O cabeçalho do documento deverá conter o seguinte esclarecimento: “Esta conta deverá ser paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais, sendo expressamente vedada a cobrança, diretamente do usuário, de qualquer valor, a qualquer título.”, com os seguintes dados:
- I. Nome da entidade jurídica contratada;
  - II. Nome do paciente;
  - III. Localidade;
  - IV. Nome e valor do procedimento realizado.
- t) Manter suas condições de habilitação durante todo o período contratual;
- u) Estabelecer normas e rotinas institucionalizadas para todos os serviços prestados;
- v) Participar de programas, pesquisas e ações estratégicas propostos pelo Ministério da Saúde, pela SEMSADC e pela FMS;
- w) Enviar a Subsecretaria de Regulação, Controle, Auditoria e Avaliação o Laudo Técnico de Inspeção da ANVISA, sempre que houver nova fiscalização;
- x) Submeter-se a avaliações sistemáticas de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde (PNASS), estabelecido pela Portaria GM/MS nº. 382, de 10 de março de 2005 (ou outra que vier a substituí-la);



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

- y) Submeter-se à regulação instituída pelo Gestor;
- z) Obrigar-se a apresentar, sempre que lhe for solicitado, relatórios de atividades que demonstrem o atendimento do objeto;
- aa) Garantir aos Conselhos de Saúde, no exercício de seu poder de fiscalização, o acesso aos serviços contratados;
- bb) Cumprir as Diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH);
- cc) Submeter-se ao Sistema Nacional de Auditoria (SNA), no âmbito do SUS, apresentando toda documentação necessária, sempre que solicitado;
- dd) Buscar desenvolver metodologia de garantia de qualidade e segurança na assistência a saúde visando à redução de eventos indesejados nos usuários do SUS;
- ee) Fornecer todos os materiais de consumo específicos, tais como: materiais de administração, descartáveis e impressos para a prestação dos serviços;
- ff) Não efetuar qualquer tipo de cobrança aos usuários do SUS, sendo vedada ainda a captação de pacientes oriundos do SUS para a realização de procedimentos pagos pelo usuário, ainda que tal não esteja contratado pelo SUS. Nestes casos, o paciente deverá ser encaminhado, segundo protocolo estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo para outra Unidade que realize o procedimento pelo SUS;
- gg) Responsabilizar-se pela contratação de pessoal para execução dos serviços referidos neste Termo, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo ou de prestação de serviços, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Gestor Municipal, apresentando os respectivos comprovantes sempre que solicitado;
- hh) É de responsabilidade exclusiva e integral da unidade prestadora do serviço, manter em dia o pagamento dos serviços terceirizados a ele vinculados, bem como os demais encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo ou de prestação de serviços, cujos ônus e obrigações em



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Gestor Municipal, apresentando os respectivos comprovantes sempre que solicitado;

ii) Disponibilizar todos os serviços contratualizados da unidade de saúde à regulação, dentro das normas vigentes e acordadas com a Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo.

jj) Realizar atualização mensal do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e o Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), ou outro sistema de informações que venha a ser implementado no âmbito do SUS;

kk) Os prestadores devem possuir rotinas e normas, escritas, atualizadas anualmente e assinadas pelo responsável técnico pela Unidade;

ll) As rotinas e normas devem abordar todos os processos envolvidos na Atenção e Administração e contemplar os seguintes itens:

I. Manutenção preventiva e corretiva de materiais e equipamentos.

II. Acompanhamento ambulatorial dos pacientes cirúrgicos.

III. Escalas dos profissionais.

## **10. DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

10.1. Na execução do contrato a Secretaria Municipal de Saúde encaminhará o paciente ao prestador de serviços, como resultado de seu atendimento e consequente agendamento através do sistema municipal de regulação, para a realização dos serviços de oftalmologia abrangidos pela contratualização em questão solicitados pelo médico que o atender.

10.2. Os resultados dos exames deverão ser entregues ao paciente, devidamente acompanhados pelos laudos assinados pelo profissional da respectiva prestadora.

10.3. Deverá ser de responsabilidade exclusiva e integral da prestadora de serviços a utilização de mão de obra própria para a execução dos respectivos serviços e procedimentos e, consequentemente, sendo de sua exclusiva e integral responsabilidade todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

resultantes de quaisquer vínculos, empregatícios ou meramente comerciais, com seus empregados e demais contratados.

10.4. O material de consumo utilizado na prestação dos serviços será de total responsabilidade da prestadora de serviços e os respectivos serviços deverão ser realizados nas dependências de funcionamento da prestadora contratada.

10.5. As despesas referentes à prestação dos serviços objeto do respectivo contrato a ser assinado ficarão por conta da futura contratada, sendo-lhe pago apenas o valor relativo aos serviços executados, conforme previsto na tabela apresentada no presente Projeto Básico.

10.6. Na qualidade de prestadora de serviços a contratada se responsabiliza por danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do respectivo contrato, por atos de seus representantes legais, empregados ou prepostos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela contratante.

10.7. Serão disponibilizados horários na agenda à regulação da Secretaria Municipal de Saúde. A agenda será responsabilidade da futura contratada, na condição de que eventuais alterações sejam comunicadas, com a devida antecedência, à contratante.

## **11. CONTROLE, AVALIAÇÃO, E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Projeto Básico, da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

11.2. A execução dos serviços contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pela Subsecretaria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria (SRCAA).

11.3 A execução dos serviços contratados será objeto de fiscalização por servidor(es) designado(s) pelo(a) Secretário(a) Municipal de Saúde e Defesa Civil, por meio de Portaria a ser publicada no Diário Oficial do Município.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

11.4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por quaisquer irregularidades, inclusive perante terceiros, nem a exime de manter fiscalização própria, assim como não implica a corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos;

11.5. Para execução da fiscalização, a contratada se submeterá a todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessárias.

11.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita pela SEMSADC e/ou FMS, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar na aplicação de sanções legais e contratuais à mesma.

11.7. Qualquer alteração que importe em diminuição da capacidade operativa da entidade jurídica contratada poderá ensejar a não prorrogação do contrato ou a revisão das condições estipuladas;

11.8. A entidade jurídica contratada facilitará o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços, prestará todos os esclarecimentos e entregará todos os documentos que lhe for solicitado;

11.9. O(s) servidor(es) designado(s) para a fiscalização, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para as providências cabíveis.

## **12. DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Pelo todo exposto, o presente termo objetiva nortear a realização de Chamada Pública com fins de contratar entidade(s) jurídica(s), pública(s) ou privada(s) com preferência para a(s) filantrópica(s) e/ou a(s) sem fins lucrativos, prestadora(s) de serviços de referência em Oftalmologia para atendimento de pacientes que necessitem de consultas especializadas de avaliação em oftalmologia (incluindo Glaucoma),



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

exames e cirurgias, com garantia de acompanhamento pós-cirúrgico, conforme especificado nos termos acima.

12.2. As demais disposições para a realização do credenciamento e contratação, com regras para a participação das pessoas jurídicas interessadas, com previsão dos critérios avaliação para qualificação técnica, qualificação econômica/financeira, bem como critérios de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista, e determinação de direitos, deveres, obrigações e responsabilidades das partes, com previsão de regime de execução de serviços, valores, preços, condições de reajustamento, prazos, com previsão da minuta de contrato e demais condições de para atender ao presente Projeto Básico constarão no respectivo edital e seus anexos.

RENATA NASCIMENTO PASTOR  
Subsecretária de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria  
Matrícula nº 127.130



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

## **ANEXO II**

### **TIMBRE DA PROPONENTE**

#### **MODELO DE REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO**

À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO.

COMISSÃO TÉCNICA DE AVALIAÇÃO E JULGAMENTO  
(PORTARIA Nº 083/FMS/2022)

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 007/2022

A Proponente, com sede na \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. \_\_\_\_\_ e no CNES sob o nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, com endereço eletrônico \_\_\_\_\_, e telefone nº. (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ requer, por intermédio do presente documento, seu CREDENCIAMENTO para a Prestação de Serviços de referência em Oftalmologia para atendimento de pacientes que necessitem de consultas especializadas de avaliação em oftalmologia (incluindo Glaucoma), exames e cirurgias, com garantia de acompanhamento pós-cirúrgico, conforme Edital do Chamamento Público nº. 007/2022, publicado em \_\_\_\_\_, declarando, sob as penas da lei, que:

- a) conhece os termos do Edital de Chamamento Público, bem como todas as condições necessárias para a participação no processo de credenciamento, com os quais concorda;
- b) as informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras;
- c) que cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos no edital e que não está impedida de participar do presente Chamamento Público e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades nem de fatos impeditivos de sua habilitação;
- d) que comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha a alterar a sua atual situação quanto à



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

regularidade jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira;

e) está de acordo com valores definidos na atual Tabela do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde (SIGTAP).

Anexo ao presente requerimento toda a documentação exigida no edital de credenciamento.

Nestes termos, pede deferimento.

São Gonçalo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

Nome e Assinatura do representante legal

Carimbo com CNPJ da Proponente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

### **ANEXO III**

#### **TIMBRE DA PROPONENTE**

#### **MODELO DE CARTA CREDENCIAL**

À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO.

COMISSÃO TÉCNICA DE AVALIAÇÃO E JULGAMENTO  
(PORTARIA Nº 083/FMS/2022)

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 007/2022

Por meio deste instrumento, fica credenciado(a) o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, subscritor(a) da cédula de identidade n.º \_\_\_\_\_, devidamente inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, que exerce a função de \_\_\_\_\_, para representar a (nome da entidade jurídica) no Chamamento Público em epígrafe, podendo assinar atas, declarações e propostas, receber comunicações, tomar ciência de decisões, apresentar impugnações e recursos, desistir de recursos, deliberar sobre todos os assuntos, e, por fim, praticar todo e qualquer ato necessário à participação da Participante/Proponente no processo de chamamento.

São Gonçalo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

Nome e Assinatura do representante legal

Carimbo com CNPJ da Proponente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

## **ANEXO IV**

### **TIMBRE DA PROPONENTE**

#### **DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS PREÇOS PRATICADOS**

À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO.

COMISSÃO TÉCNICA DE AVALIAÇÃO E JULGAMENTO  
(PORTARIA Nº 083/FMS/2022)

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 007/2022

A (nome da entidade jurídica participante), devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_ e no CNES sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao estabelecido no Edital de Chamamento Público n.º 007/2022, DECLARA, sob as penas da lei, que aceita os preços praticados pela Tabela do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde (SIGTAP) para pagamento dos procedimentos contratados, estando também ciente de que os reajustes aplicados aos referidos procedimentos obedeceram às determinações do Ministério da Saúde.

São Gonçalo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

Nome e Assinatura do representante legal

Carimbo com CNPJ da Proponente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

## **ANEXO V**

### **TIMBRE DA PROPONENTE**

#### **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO.

COMISSÃO TÉCNICA DE AVALIAÇÃO E JULGAMENTO  
(PORTARIA Nº 083/FMS/2022)

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 007/2022

A (nome da entidade jurídica), devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_ e no CNES sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, em cumprimento ao Edital de Chamamento Público nº. 007/2022, e visando ao credenciamento junto à Fundação Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil de São Gonçalo para prestação de serviços de referência em Oftalmologia para atendimento de pacientes que necessitem de consultas especializadas de avaliação em oftalmologia (incluindo Glaucoma), exames e cirurgias, com garantia de acompanhamento pós-cirúrgico, declara, por meio de seu representante legal, sob as penas da lei, não foi declarada inidônea pela Administração Pública de qualquer esfera federativa e que não está cumprindo penalidade de suspensão de participar de licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal.

São Gonçalo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

Nome e Assinatura do representante legal

Carimbo com CNPJ da proponente





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

## ANEXO VI

### TIMBRE DA PROPONENTE

#### **DECLARAÇÃO DOS QUANTITATIVOS MÍNIMOS E MÁXIMOS DOS PROCEDIMENTOS A SEREM OFERTADOS**

À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO.

COMISSÃO TÉCNICA DE AVALIAÇÃO E JULGAMENTO  
(PORTARIA Nº 083/FMS/2022)

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 007/2022

A (nome da entidade jurídica), devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_ e no CNES sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, declara que tem disponibilidade para prestar de referência em Oftalmologia para atendimento de pacientes que necessitem de consultas especializadas de avaliação em oftalmologia (incluindo Glaucoma), exames e cirurgias, com garantia de acompanhamento pós-cirúrgico, com capacidade para ofertar anualmente as quantidades de procedimentos abaixo listadas:

Grupo	Código	Procedimento/Exame	Capacidade mínima instalada	Capacidade máxima instalada

São Gonçalo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

Nome e Assinatura do representante legal

Carimbo com CNPJ da Proponente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

## **ANEXO VII**

### **TIMBRE DA PROPONENTE**

#### **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS**

À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO.

COMISSÃO TÉCNICA DE AVALIAÇÃO E JULGAMENTO  
(PORTARIA Nº 083/FMS/2022)

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 007/2022

A (nome da entidade jurídica participante), devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_ e no CNES sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao estabelecido no Edital de Chamamento Público n.º 007/2022, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- a) Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, e inciso V, do artigo 27, da Lei n.º 8.666/1993, com redação determinada pela Lei n.º 9.854/1999;
- b) Seus sócios, administradores e dirigentes não ocupam cargo de chefia ou função de confiança no SUS, nos termos do artigo 26, § 4º, da Lei nº 8.080/90;
- c) Não há em seu quadro de funcionários servidor ou dirigente da SEMSADC ou Fundação Municipal de Saúde, nos termos do artigo 9º, inciso III, da Lei nº. 8.666/93.

São Gonçalo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

Nome e Assinatura do representante legal  
Carimbo com CNPJ da Proponente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

## **ANEXO VIII**

### **TIMBRE DA PROPONENTE**

#### **DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO EDITAL**

À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO.

COMISSÃO TÉCNICA DE AVALIAÇÃO E JULGAMENTO  
(PORTARIA Nº 083/FMS/2022)

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 007/2022

A (nome da entidade jurídica participante), devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_ e no CNES sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao estabelecido no Edital de Chamamento Público n.º 007/2022, DECLARA, sob as penas da lei, que possui pleno conhecimento do Edital de Chamamento Público n.º 007/2022, que objetiva a seleção, credenciamento e possível contratação, de entidades jurídicas, públicas ou privadas, com preferência para as filantrópicas e/ou as sem fins lucrativos, inscritas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), sediadas ou estabelecidas neste município, para prestação de serviços de referência em Oftalmologia para atendimento de pacientes que necessitem de consultas especializadas de avaliação em oftalmologia (incluindo Glaucoma), exames e cirurgias, com garantia de acompanhamento pós-cirúrgico, assumindo a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-se às penalidades legais e a sumária desclassificação do chamamento, e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pelas comissões.

São Gonçalo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

Nome e Assinatura do representante legal

Carimbo com CNPJ da Proponente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

**ANEXO IX**

**TIMBRE DA PROPONENTE**

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

(Nome da declarante) \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, atesta, para os devidos fins, que a (nome da entidade jurídica participante), devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n.º \_\_\_\_\_, domiciliada à \_\_\_\_\_, prestou/está prestando serviços de:

a) \_\_\_\_\_ - período \_\_\_\_\_

b) \_\_\_\_\_ - período \_\_\_\_\_

Informamos, ainda, que os serviços foram/estão sendo prestados dentro dos padrões de qualidade e prazos acordados, nada havendo que desabone a conduta da proponente.

Por ser verdade, este documento segue assinado por \_\_\_\_\_ (nome e cargo) da \_\_\_\_\_ (nome do declarante, cargo/função, identidade e CPF).

São Gonçalo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

Nome e Assinatura do representante legal

Carimbo com CNPJ da Proponente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

## ANEXO X

### MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO \_\_\_\_/2022 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL DE SÃO GONÇALO E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE E O PRESTADOR (A) \_\_\_\_\_ PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFERÊNCIA EM OFTALMOLOGIA, COM CONSULTAS ESPECIALIZADAS DE AVALIAÇÃO - INCLUINDO GLAUCOMA, EXAMES E CIRURGIAS, COM GARANTIA DE ACOMPANHAMENTO PÓS-CIRÚRGICO.**

**O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 28.636.579/0001-00, domiciliada à Rua Feliciano Sodré, n.º 100, Centro - São Gonçalo/RJ, CEP 24440-440, por intermédio da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO**, órgão do poder executivo municipal, componente da administração pública direta, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 39.260.120/0001-63, domiciliada à Avenida São Gonçalo nº 100 G2, Boa Vista - São Gonçalo/RJ, CEP 24.466-315, neste ato representada pelo(a) Presidente da Fundação Municipal de São Gonçalo, Sr(a). \_\_\_\_\_, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), subscritor(a) da cédula de identidade n.º \_\_\_\_\_ - expedida pelo \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, devidamente inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, nomeado(a) pela Portaria n.º \_\_\_\_\_, publicada no D.O. municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATANTE**, e \_\_\_\_\_, entidade jurídica, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_ e no CNES sob n.º \_\_\_\_\_, domiciliada à \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ - São



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

Gonçalo/RJ, CEP \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu(sua) \_\_\_\_\_ (mencionar o cargo ou função do representante legal autorizado), Sr(a). \_\_\_\_\_ (nacionalidade), (estado civil), (profissão), subscritor(a) da cédula de identidade n.º \_\_\_\_\_ - expedida pelo \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, devidamente inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que dispõe os artigos 6º, 196 e 199, § 1º, da CRFB/88, 4º, § 2º, 24 a 26 da Lei n.º 8.080/1990, Lei n.º 8.666/1993, no que couber, Portarias de Consolidação do Ministério da Saúde de 2017, além das demais disposições legais e infralegais aplicáveis, bem como pelo disposto no Edital de Chamamento Público n.º 007/2022 e seus anexos, com base no Processo Administrativo nº 1.340/2022, RESOLVEM celebrar o presente contrato de prestação de serviços que se regerá pelas cláusulas seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1.1 O presente contrato tem por objeto a execução de serviços de referência em Oftalmologia para atendimento de pacientes que necessitem de consultas especializadas de avaliação em oftalmologia (incluindo Glaucoma), exames e cirurgias, com garantia de acompanhamento pós-cirúrgico, conforme discriminado no documento descritivo.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - EXECUÇÃO DO OBJETO (DOCUMENTO DESCRITIVO)**

O Documento Descritivo, parte integrante deste contrato deverá conter:

I- Metas Quantitativas (Físicas);

II- Metas Qualitativas.

**Parágrafo Primeiro:** O Documento Descritivo terá validade de 12 (doze) meses.

**Parágrafo Segundo:** O Documento Descritivo poderá ser alterado a qualquer tempo quando acordado entre as partes.

**Parágrafo Terceiro:** O Documento Descritivo será atualizado, nos seus dispositivos físicos e financeiros, em decorrência do processo de adequação e remanejamento da Programação Pactuada e Integrada (PPI) e/ou reajuste da Tabela SUS, ficando desde já ressalvado que tal atualização sempre deverá observar a capacidade técnica, financeira e operacional do contratado.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

**Parágrafo Quarto:** Quando houver alteração de valores financeiros no Documento Descritivo, deverá ser elaborado termo aditivo e posterior publicação no Diário Oficial do Município.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES**

### **I – OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO:**

- a) Realizar os pagamentos devidos à entidade jurídica contratada, nas condições estabelecidas no edital, seus anexos e no contrato.
- b) Atestar as notas fiscais;
- c) Processar o faturamento;
- d) Apresentar relatórios mensais das glosas técnicas e administrativas dos procedimentos, com o respectivo desconto na produção apresentada;
- e) Realizar, a qualquer tempo, visitas técnicas, dentro de suas programações de rotina ou extraordinárias utilizando metodologia usual ou específica, e por outros componentes;
- f) Analisar os relatórios e atividades elaboradas pela entidade jurídica contratada, que demonstrem o atendimento ao objeto;
- g) Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela entidade jurídica contratada, fornecer documentos e demais elementos que possuir pertinentes à execução do contrato, exceto aqueles protegidos pelo dever de sigilo;
- h) Supervisionar e fiscalizar as ações e os serviços executados pela(s) entidade(s) jurídica(s) contratada(s), de forma permanente, por meio da adoção de instrumentos de controle e avaliação dos serviços contratados, documentando as ocorrências que porventura ocorrerem, visando a garantir o acesso da população a serviços de saúde de qualidade;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

- i) Aplicar as penalidades legais e contratuais, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, observado o devido processo legal.

## **II - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- a) Prestar atendimento na especialidade contratada (serviços de referência em Oftalmologia para atendimento de pacientes que necessitem de consultas especializadas de avaliação em oftalmologia (incluindo Glaucoma), exames e cirurgias, com garantia de acompanhamento pós-cirúrgico);
- b) Deverá manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos, ressalvados os prazos previstos em lei;
- c) Informar imediatamente a FMS eventual mudança, temporária ou permanente, de endereço do estabelecimento de prestação do serviço, hipótese na qual a mesma poderá rever as condições do contrato ou rescindi-lo;
- d) Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, sem autorização da Comissão de Ética em Pesquisa, devidamente registrada no Ministério da Saúde;
- e) Informar imediatamente à FMS e à SEMSADC as eventuais alterações, temporárias ou permanentes, da capacidade instalada que possam vir a comprometer a oferta de serviços disponibilizados ao SUS;
- f) Comunicar eventual alteração de seus atos constitutivos ou da composição de seu quadro social, enviando à FMS, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de registro da alteração, todos os documentos pertinentes a essa alteração;
- g) Informar imediatamente qualquer mudança, temporária ou permanente, do Responsável Técnico e/ou de seu substituto;
- h) Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

- i) Afixar aviso, em local visível em todas as entradas de público externo ou salas de atendimento aos pacientes do SUS, de sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;
- j) Promover a qualificação de suas equipes profissionais;
- k) Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal, igualitário e gratuito, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;
- l) Prestar assistência integral e humanizada aos pacientes encaminhados pela FMS e pela SEMSDC;
- m) Realizar procedimentos e rotinas técnicas atualizadas com base nas melhores evidências científicas disponíveis;
- n) Incentivar a adesão ao tratamento quando for o caso;
- o) Esclarecer aos pacientes e/ou responsáveis legais sobre seus direitos e sobre demais informações relevantes pertinentes aos serviços oferecidos;
- p) Respeitar a decisão do paciente e/ou responsáveis legais, ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;
- q) Informar ao usuário do SUS e à FMS, prévia e expressamente, quando um procedimento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa. O usuário do SUS decidirá de forma livre e esclarecida sobre a sua participação;
- r) Garantir a confidencialidade e confiabilidade dos dados e informações dos pacientes;
- s) Obrigar-se a entregar ao usuário ou ao seu responsável, no ato da saída do estabelecimento ou sempre que solicitado, documento comprobatório, informando que a assistência foi prestada pelo SUS, sem custos adicionais para o paciente. O cabeçalho do documento deverá conter o seguinte esclarecimento: *“Esta conta deverá ser paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais, sendo expressamente vedada a cobrança, diretamente do usuário, de qualquer valor, a qualquer título.”*, com os seguintes dados:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

- I. Nome da entidade jurídica contratada;
  - II. Nome do paciente;
  - III. Localidade;
  - IV. Nome e valor do procedimento realizado.
- t) Manter suas condições de habilitação durante todo o período contratual;
- u) Estabelecer normas e rotinas institucionalizadas para todos os serviços prestados;
- v) Participar de programas, pesquisas e ações estratégicas propostos pelo Ministério da Saúde, pela SEMSADC e pela FMS;
- w) Enviar a Subsecretaria de Regulação, Controle, Auditoria e Avaliação o Laudo Técnico de Inspeção da ANVISA, sempre que houver nova fiscalização;
- x) Submeter-se a avaliações sistemáticas de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde (PNASS), estabelecido pela Portaria GM/MS nº. 382, de 10 de março de 2005 (ou outra que vier a substituí-la);
- y) Submeter-se à regulação instituída pelo Gestor;
- z) Obrigar-se a apresentar, sempre que lhe for solicitado, relatórios de atividades que demonstrem o atendimento do objeto;
- aa) Garantir aos Conselhos de Saúde, no exercício de seu poder de fiscalização, o acesso aos serviços contratados;
- bb) Cumprir as Diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH);
- cc) Submeter-se ao Sistema Nacional de Auditoria (SNA), no âmbito do SUS, apresentando toda documentação necessária, sempre que solicitado;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

dd) Buscar desenvolver metodologia de garantia de qualidade e segurança na assistência a saúde visando à redução de eventos indesejados nos usuários do SUS;

ee) Fornecer todos os materiais de consumo específicos, tais como: materiais de administração, descartáveis e impressos para a prestação dos serviços;

ff) Não efetuar qualquer tipo de cobrança aos usuários do SUS, sendo vedada ainda a captação de pacientes oriundos do SUS para a realização de procedimentos pagos pelo usuário, ainda que tal não esteja contratado pelo SUS. Nestes casos, o paciente deverá ser encaminhado, segundo protocolo estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo para outra Unidade que realize o procedimento pelo SUS;

gg) Disponibilizar todos os serviços contratualizados da unidade de saúde à regulação, dentro das normas vigentes e acordadas com a Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo.

hh) Realizar atualização mensal do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e o Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), ou outro sistema de informações que venha a ser implementado no âmbito do SUS;

ii) Os prestadores devem possuir rotinas e normas, escritas, atualizadas anualmente e assinadas pelo responsável técnico pela Unidade;

jj) As rotinas e normas devem abordar todos os processos envolvidos na Atenção e Administração e contemplar os seguintes itens:

- I. Manutenção preventiva e corretiva de materiais e equipamentos.
- II. Acompanhamento ambulatorial dos pacientes cirúrgicos.
- III. Escalas dos profissionais.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**Parágrafo Primeiro:** O valor mensal estimado para a execução do presente contrato importa em R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), que será pago mediante a produção aprovada nos Sistemas Oficiais do SUS.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

**Parágrafo Segundo:** O percentual estimado para a execução das metas qualitativas será de 10% do total da produção aprovada nos Sistemas Oficiais do SUS, utilizando o seguinte parâmetro:

I- Cumprimento de 90% a 100% das metas qualitativas pactuadas corresponde a um repasse de 100%, que equivale a excelente;

II- Cumprimento de 80% a 89% das metas qualitativas pactuadas corresponde a um repasse de 80%, que equivale a ótimo;

III- Cumprimento de 70% a 79% das metas qualitativas pactuadas corresponde a um repasse de 70%, que equivale a bom;

IV- Cumprimento de 60% a 69% das metas qualitativas pactuadas corresponde a um repasse de 60%, que equivale a ruim;

V- Cumprimento abaixo de 50% das metas qualitativas pactuadas equivale a péssimo;

**Parágrafo Terceiro:** Os valores estipulados serão reajustados observados os mesmos critérios, índices e épocas dos reajustes determinados pelo Ministério da Saúde, podendo os reajustes serem registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento, em conformidade com o § 8º, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93.

**Parágrafo Quarto:** O pagamento da contratada está vinculado aos repasses de competência do Ministério da Saúde;

**Parágrafo Quinto:** O cumprimento das metas quantitativas e qualitativas estabelecida no Documento Descritivo deverá ser atestado pela comissão de fiscalização do contrato;

**Parágrafo Sexto:** Os descontos referentes às metas quantitativas levarão em consideração as críticas (glosas) ocorridas no processamento da produção no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), Sistema de Informações Hospitalar Descentralizado (SIHD), serviços não cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), erros de Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) e Folha de Programação Orçamentária (FPO);

**Parágrafo Sétimo:** Os valores previstos no contrato poderão ser alterados, de comum acordo entre as partes, mediante a celebração de termo aditivo que será devidamente publicado e enviado ao Ministério da Saúde;

**Parágrafo Oitavo:** A Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo aumentará o teto financeiro e o repasse de verbas que se trata este contrato na mesma



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

proporção que o Ministério da Saúde aumentar o valor dos procedimentos existentes nas tabelas do SUS;

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Programa de Trabalho nº [REDACTED], Natureza da Despesa [REDACTED], Fonte do Recurso [REDACTED] e Nota de Empenho [REDACTED].

**Parágrafo Único:** Os recursos do contrato serão depositados na Conta [REDACTED], Agência [REDACTED] do Banco [REDACTED].

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO**

**Parágrafo Primeiro:** A comissão de fiscalização do contrato será composta pelos seguintes representantes: 03 (três) da Secretaria Municipal de Saúde e 02 (dois) do prestador;

**Parágrafo Segundo:** As atribuições da comissão de fiscalização serão a de acompanhar a execução do presente contrato, principalmente no tocante as metas quantitativas e qualitativas pactuadas no Documento Descritivo;

**Parágrafo Terceiro:** A portaria para instituir a comissão de fiscalização, e posteriores alterações, deverão ser publicadas no Diário Oficial do Município de São Gonçalo;

**Parágrafo Quarto:** Não poderá fazer parte da comissão de fiscalização o representante que pertencer simultaneamente aos quadros de funcionários da Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo e do contratado;

**Parágrafo Quinto:** Os representantes da comissão de fiscalização não serão remunerados por esta atividade e deverão se reunir trimestralmente, conforme data estipulada pela Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo;

**Parágrafo Sexto:** O contratado fica obrigado a fornecer à comissão de fiscalização todos os documentos e informações necessárias à avaliação do cumprimento das metas fixadas no Documento Descritivo, sempre respeitando as limitações impostas pelos Conselhos Técnicos Federais e Regionais.

**Parágrafo Sétimo:** A Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo deverá elaborar ata constando o resumo e assinatura de todos os representantes presentes;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

**Parágrafo Oitavo:** As metas que a comissão de fiscalização entender que necessitam de comprovação documental deverá constar em ata, com prazo para apresentação, podendo a Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo realizar visitas na sede do contratado, a qualquer momento, independente de aviso.

**Parágrafo Nono:** O não cumprimento pelo contratado das metas qualitativas pactuadas no Documento Descritivo implicará em descontos no repasse financeiro.

**Parágrafo Décimo:** A existência da comissão de fiscalização mencionada nesta cláusula não impede nem substitui as atividades próprias do Sistema Nacional de Auditoria (federal, estadual, municipal).

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido total ou parcialmente pela Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo quando ocorrer à constatação de irregularidade de natureza grave, no decorrer de fiscalizações ou auditorias;

**Parágrafo Primeiro:** A rescisão do contrato deverá observar os princípios da ampla e prévia defesa e do contraditório.

### **CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:**

A inexecução do objeto deste instrumento, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a pessoa jurídica de direito privada contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal no que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

I- Advertência;

II- Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;

III- Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

**Parágrafo Primeiro:** A imposição das penalidades é de competência exclusiva da contratante;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

**Parágrafo Segundo:** A sanção de multa prevista no inciso II acima poderá ser aplicada cumulativamente com qualquer outra;

**Parágrafo Terceiro:** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia;

**Parágrafo Quarto:** A multa administrativa prevista na cláusula deste contrato não tem caráter compensatório. O seu pagamento não exime responsabilidade do contratado por eventuais perdas e danos apurados;

**Parágrafo Quinto:** O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho, respeitado o Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela contratante e ainda da aplicação de outras sanções administrativas;

**Parágrafo Sexto:** Antes da aplicação de qualquer penalidade administrativas, será garantido o exercício do contraditório e ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias, contados da notificação pessoal da contratante;

**Parágrafo Sétimo:** O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade;

**Parágrafo Oitavo:** Será remetida à Secretaria Municipal de Saúde cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela contratada, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.

## **CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

A Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo providenciará a publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº. 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA**

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos nos termos do art. 57 da Lei nº. 8.666/93, desde que haja interesse da contratante, concordância do contratado e comprovada vantagem para a Administração Pública;

**Parágrafo Primeiro:** Se houver interesse das partes na prorrogação do contrato, a contratante vistoriará as instalações da contratada para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas, verificadas por ocasião do cadastramento. A



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

vistoria será realizada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término do contrato;

**Parágrafo Segundo:** A prestação dos serviços objeto do presente deverá ter início no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após a ordem de início do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

Fica eleito o Foro de São Gonçalo, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor.

São Gonçalo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Contratante

\_\_\_\_\_  
Contratada

#### **Testemunhas:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

**ANEXO XI**

**DOCUMENTO DESCRITIVO**

NOME : \_\_\_\_\_

PERÍODO DE VIGÊNCIA: \_\_\_\_\_

**1 - DOCUMENTO DESCRITIVO – METAS QUALITATIVAS**

<b>GESTÃO</b>	<b>Meta</b>
1. Apresentar escala de todos os profissionais, fixada em local visível.	
2. Apresentar o Certificado de Responsabilidade Técnica do profissional responsável pelo estabelecimento.	
3. Apresentar os protocolos de Norma e Rotinas dos Serviços.	
4. Apresentar Plano de Segurança do Paciente.	
5. Apresentar tempo médio de início de serviços após a admissão do paciente na unidade.	
<b>ATENÇÃO À SAÚDE</b>	
1. Apresentar trimestralmente ações desenvolvidas de humanização (Realizar treinamentos, palestras, cursos).	
<b>AREA FÍSICA</b>	<b>Meta</b>
1. Apresentar alvará sanitário dentro do prazo de validade;	
2. Possuir ambiente iluminado e climatizado.	
3. Manter os ambientes identificados e de fácil visualização;	
4. Ofertar acessibilidade à pessoa com deficiência - Rampas de acesso e elevador nos locais possíveis de colocação (cadeira de rodas e macas de transporte) disponíveis na unidade;	
5. Possuir cobertura (toldo) na porta de entrada	
<b>MATERIAIS E EQUIPAMENTOS</b>	<b>Meta</b>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

1. Dispor de equipamentos compatíveis com a demanda prevista e com os protocolos assistenciais para o seu funcionamento.	
2. Possuir equipamentos em número suficiente para assegurar a continuidade do atendimento	
<b>PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS PRIORITÁRIAS DO SUS</b>	
<b>HumanizaSUS</b>	<b>Meta</b>
1. Implantar ouvidoria para usuários e trabalhadores (local para atendimento individual e reservado com registro das informações);	
2. Relatório mensal de respostas e divulgação dos resultados da ouvidoria;	
3. Disponibilizar recursos físicos que visam garantir a segurança e integridade física dos usuários e trabalhadores (existência de seguranças, barreira de proteção, alerta de piso escorregadio, sistema que permita comunicação paciente/enfermagem);	
4. Salubridade - Tornar a unidade um local com condições salubres dentro do que é preconizado para que os funcionários possam desenvolver trabalho de qualidade.	
5. Porta única e atendimento indiferenciado para pacientes do SUS e não SUS	
<b>SAÚDE DO TRABALHADOR</b>	<b>Meta</b>
1. Apresentar trimestralmente ao Gestor Municipal relatório de doenças (lesões) frequentes relacionadas ao trabalho envolvendo todos os profissionais da Unidade, discriminadas mensalmente;	
2. Definir e apresentar protocolo e garantir atendimento e acompanhamento para os casos de acidente biológico e notificar mensalmente todos os acidentes com material perfuro cortante por profissional (quando dispuser do serviço);	
3. Apresentar protocolo de rotina de utilização de EPI pela equipe	
<b>DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL</b>	<b>Meta</b>
1. Plano de Educação Permanente para equipe assistencial com base nas diretrizes da humanização;	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

2. Organização do Processo de Trabalho – implementação de dispositivos, instrumentos, padrões, para facilitar o acesso e buscar qualidade;	
3. Projeto de acolhimento implementado, contemplando capacitação inicial, definição e implementação de rotinas e fluxos.	

## 2 - DOCUMENTO DESCRITIVO – METAS QUANTITATIVAS

CÓDIGO – PROCEDIMENTOS	META MENSAL	VALOR MENSAL
	XXX	XXXXXX
	XXX	XXXXXX
	XXX	XXXXXX
	XXX	XXXXXX
	XXX	XXXXXX
	XXX	XXXXXX
	XXX	XXXXXX
	XXX	XXXXXX

CLASSIFICAÇÃO	% REFERÊNCIA
Excelente	90 a 100%
Ótimo	80 a 89%
Bom	70 a 79%
Ruim	60 a 69%
Péssimo	Abaixo de 60%

Pontuação: (      )

São Gonçalo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

Assinatura do Gestor Municipal

Assinatura do Representante da Unidade



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE OFTALMOLOGIA

São Gonçalo, 14 de outubro de 2022.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

---

Jhonatan Honório Diniz  
Matrícula nº 334.503

---

Keimilly Karolinne Ruel Alvares  
Matrícula nº 341.606

---

Edilson Romário Brandão da Silva  
Matrícula nº 341.600

Submeto a autoridade superior.

Aprovo em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

---

DEIVID ROBERT DE CRESCI CAMPOS  
Presidente da Fundação Municipal de Saúde  
Matrícula nº 40.833